

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Osmil Sampaio Leite

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
DE EMPRESAS DA UNISO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

SOROCABA/SP

Setembro/2003

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 CAPITALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR	8
1.1 O Capitalismo e a Sociedade	8
1.2 O Capitalismo e a Universidade	21
2 A EVOLUÇÃO DO CURSO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	31
2.1 A Trajetória do Curso Superior no Brasil	31
2.2 O Curso de Administração e a Formação Profissional	44
2.3 A Trajetória do Curso de Administração no Brasil.....	50
3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO	65
3.1 Breve histórico do curso de Administração de Empresas Universidade de Sorocaba.....	65
3.2 Projeto Político-Pedagógico do curso de Administração de Empresas.....	68
4 O EGRESSO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO E SUA INTEGRAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....	80
4.1 Metodologia de Pesquisa	80
4.2 Análise dos Resultados	82
4.2.1 <i>Empregados</i>	84
4.2.2 <i>Empreendedores</i>	87
4.2.3 <i>Dificuldades enfrentadas e avaliação do curso</i>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO	99

ANEXO B – PESQUISAS DESENVOLVIDAS NA UNISO	101
ANEXO C – POLÍTICAS, ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DE SOROCABA	102
ANEXO D – QUESTIONÁRIO.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sexo dos respondentes	82
Figura 2 - Ano de conclusão do curso.....	83
Figura 3 - Situação de trabalho	83
Figura 4 - Manutenção do cargo anterior à graduação	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Colaboração do curso para conquistar o cargo atual.....	85
Tabela 2 - Motivos para não se ter mantido no cargo após a graduação.....	85
Tabela 3 - Motivo pelo qual o curso contribuiu para a conquista do cargo.....	86
Tabela 4 - Atuação como empreendedor antes do curso.....	87
Tabela 5 - Colaboração do curso para a gestão dos negócios	87
Tabela 6 - Forma de contribuição do curso para a gestão dos negócios	88
Tabela 7 - Dificuldades para um recém-formado na Uniso engajar-se no mercado de trabalho.....	89
Tabela 8 - Pontos positivos do curso de Administração de Empresas.....	90
Tabela 9 - Pontos negativos do curso de Administração de Empresas	90

INTRODUÇÃO

Estamos socialmente moldados a um paradigma em que a educação seria um instrumento destinado a adequar o futuro profissional do indivíduo ao mundo do trabalho, preparando-o com conhecimentos técnicos que lhe permitam “vencer na vida” oferecendo condições de vantagem no competitivo mundo profissional e sob a ótica educacional, desenvolver uma autonomia que lhe permita resgatar os valores humanos para a formação do cidadão, ou seja, contribuir na construção de uma visão crítica para seu auto-desenvolvimento e participação ativa na sociedade.

A análise deste pensamento conduz à uma reflexão sobre a Instituição de Ensino Superior e a sua finalidade no contexto social, bem como o seu papel no mundo do trabalho. Este trabalho busca, então, discutir o papel da Universidade na formação profissional, sem que a mesma perca sua identidade e função, ao abranger também a pesquisa e extensão, contribuindo para atender aos anseios da sociedade.

O aprofundamento desta questão se dá no âmbito da concentração de capital e recursos, o chamado capitalismo, que implica numa certa desvalorização do próprio ser humano em seu desenvolvimento pessoal, social e intelectual, pela falta de oportunidade e alta competitividade no mercado de trabalho.

Este sistema, a princípio, conduz os indivíduos na sociedade moderna a se empenharem no seu desenvolvimento pessoal e profissional a fim de se tornarem competitivos no seu campo de ação, adequando-se às exigências do mercado, e direcionando suas energias à disposição da homogeneidade desse sistema, para sua própria sobrevivência. Por outro lado, na questão da formação, na medida em que se aprofundam as reflexões sobre o cotidiano das interações no contexto escolar, tanto no âmbito interno quanto externo, mais acentua-se a postura interrogativa sobre a lacuna existente nas relações entre *educação e trabalho*, com base nos indicadores das exigências impostas pela atualidade. Não se pretende discutir a educação na sua totalidade, mas estudar e compreender o efeito da Universidade e sua trajetória como instituição de ensino superior, bem como sua contribuição para a evolução e o desenvolvimento profissional das pessoas na sociedade.

Coexistindo no âmbito da sociedade há praticamente nove séculos, os sistemas de Ensino Superior tiveram diferentes ritmos de crescimento em função das influências que sofreram ao longo de sua história, tanto civis quanto religiosas, sociais e econômicas. No Brasil, a Educação Superior surgiu tardiamente, em comparação aos países hispano-americanos, consolidando-se por meio de instituições isoladas que se estabeleceram com fins especificamente profissionalizantes, atendendo a uma demanda das elites emergentes em áreas consideradas mais críticas. Posteriormente, ocorreu o agrupamento de algumas instituições, que constituíram Universidades, porém, sem a vocação necessária para desenvolver e cumprir seu papel na geração e disseminação do conhecimento que não fosse estritamente profissionalizante. Esta deformação conceitual, em sua origem termina por retardar os efeitos benéficos que poderiam ser auferidos com a Universidade cumprindo a sua missão no contexto social, através de uma educação sustentada na pesquisa, extensão e ensino, que englobam uma ampla gama de conhecimentos com bases científicas colocados à disposição da sociedade.

Considerando a amplitude do tema, procurou-se delimitá-lo a um curso, escolhido por sua dimensão e abrangência na região em que se situa. Trata-se do curso de Administração de Empresas da Uniso, tomado como universo de pesquisa, em que buscou-se identificar e traçar o perfil dos egressos no período pós-curso. Para tanto, foram coletados dados primários em uma amostra dos concluintes dos últimos três anos, considerando retroativamente 2001, 2000 e 1999.

Partindo do pressuposto que a Universidade contribui com um papel significativo para o desenvolvimento da sociedade, tanto na formação educacional como profissional, este estudo procurou levar em consideração a sua contribuição para a formação profissional, tendo como pano de fundo o sistema capitalista.

A escolha do tema deste trabalho fundamentou-se principalmente na experiência profissional de seu autor ao longo de quinze anos de atuação no magistério superior e, em paralelo, no campo empresarial, em empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. Destaca-se, como ponto de referência, a experiência vivenciada no segmento industrial, acumulada ao longo de quinze anos em Administração de Recursos Humanos, possibilitando a convivência direta e constante com pessoas e situações inerentes a esta relação, tais como experiência, conhecimento, conflito, capacitação e outros aspectos que

envolvem o ser humano e sua relação com a vida no trabalho, bem como a interação social.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, seu autor percebeu um crescente estímulo originado pela riqueza de conhecimentos e informações descobertas, que levaram à revisão de conceitos e constituição de uma nova forma de pensar e agir sobre o papel da Universidade na formação profissional.

Avaliar e discutir o contexto em que se encontra a maioria dos egressos da Universidade e sua efetiva participação profissional no desenvolvimento da sociedade, pode contribuir para que os principais problemas e divergências, uma vez levantados, sejam atenuados por meio de diretrizes que possibilitem melhor relacionamento entre os envolvidos, minimizando os conflitos e gerando alternativas para um aprimoramento nestas relações. Neste cenário, observa-se que as críticas no campo profissional enfatizam a falta de preparo suficiente dos egressos universitários para assumirem suas funções de acordo com sua formação acadêmica, de outro lado a Universidade reafirma seus postulados, preparando o egresso para assumir seu papel profissional, porém, os mesmos não encontram oportunidades face às condições sociais, políticas e econômicas. Este é o cenário, palco do questionamento do presente trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho fundamentou-se em uma proposta investigativa, especificamente sobre o curso de Administração de Empresas da Uniso, estudando a seguinte questão: **A formação universitária colabora para o desenvolvimento da carreira profissional dos egressos do curso de Administração de Empresas da Uniso?**

Diante do problema formulado acima, consideram-se as seguintes hipóteses:

- Os conhecimentos adquiridos no curso de Administração de Empresas da Uniso seriam relevantes para que o egresso obtenha um emprego ou promoção, embora enfrentando dificuldades impostas pelas características altamente competitivas do mercado de trabalho.
- O curso não influenciaria positivamente os egressos na decisão de tornar-se empreendedores, mas os conhecimentos adquiridos seriam úteis para a gestão do próprio negócio.

O desenvolvimento deste trabalho baseou-se inicialmente em um referencial teórico elaborado a partir de revisão de literatura, com o intuito de alcançar uma fundamentação e a valorização acadêmica científica, baseando-se em autores que ofereçam uma conceitualização apropriada assim como sua instrumentalização. A pesquisa de campo caracterizou-se, no campo metodológico, por ser um levantamento amostral, com amostra não probabilística. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas (anexo D). O universo de pesquisa incluiu os egressos do curso de Administração de Empresas da Uniso, em um período de três anos (1999 a 2001), abrangendo 618 concluintes.

No capítulo um “**Capitalismo e Educação Superior**”: analisou-se a trajetória do curso superior no contexto do mundo capitalista. Para tanto, fez-se necessário estudar o funcionamento desse sistema e suas transformações até o chamado neoliberalismo, assim como as conseqüências dessa influência para a educação superior.

O capítulo dois “**A Evolução do Curso Superior e a Formação Profissional no Curso de Administração**” tratou da trajetória do Curso Superior, contextualizando-o na realidade brasileira, sem perder o foco do contexto mundial, para, enfim, tratar da formação profissional no curso de Administração, já no âmbito da Universidade.

No capítulo três “**A formação Profissional no Curso de Administração de Empresas da Uniso**” delinearão-se as principais características da estrutura e funcionamento do curso, nos aspectos práticos e operacionais, tal como vivenciado na relação cotidiana, abrangendo a Universidade, alunos, mercado num contexto regional e específico, mas espelhando-se numa conjuntura mais ampla da realidade brasileira.

O capítulo quatro “**O Egresso do Curso de Administração de Empresas da Uniso e sua Integração no mundo do Trabalho**” apresentou os resultados e a análise da pesquisa de campo entre os graduados do curso de Administração de Empresas, fazendo um recorte do período de 1999 a 2001.

1 CAPITALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR

A questão relacionada ao papel da Universidade na formação profissional envolve diversos elementos. Entre estes, o principal objetivo do presente trabalho é o estudo e compreensão do sistema educacional superior, bem como do sistema capitalista e sua influência nos diversos segmentos da sociedade, inclusive na própria educação, buscando também uma melhor compreensão dos conceitos da ideologia neoliberal que se instalou no mundo contemporâneo.

O capitalismo atual, composto por gigantescas corporações empresariais, domina todo o sistema social, assegura a maior concentração de recursos e lucratividade, alimentando o sistema vigente em que a riqueza concentra-se em mãos de uma minoria dominante. Em contrapartida, a grande massa humana da sociedade trabalhadora depende das decisões corporativistas do sistema econômico para a garantia de seu emprego e subsistência. É neste cenário que se pretende contextualizar a inserção da Universidade como integrante do sistema educacional e formação profissional, interagindo com o sistema capitalista, repensando a dinâmica do conhecimento em sua plenitude e suas funções de Universidade neste papel. Procura-se, também, compreender a extensão e a profundidade desse sistema capitalista que domina e dita as regras no meio social e econômico do mundo, a fim de manter a homogeneidade do processo.

1.1 O Capitalismo e a Sociedade

A partir do momento em que o capitalismo transforma a força de trabalho em objeto de troca, há uma significativa mudança das relações no processo de produção, que culmina com a construção de uma nova relação social e produtiva. Passa-se do processo artesanal para o industrial. Segundo Dobb, a fase crucial da ascensão do capitalismo é representada usualmente pela *Revolução Industrial*, caracterizada por

[...], uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica – primeiro a energia hidráulica, depois o vapor – à

produção, transformou o processo de produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tornando-o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores. Isso em lugar da produção insignificante, muitas vezes individual, de uma pessoa ou pequeno núcleo de pessoas com ferramentas e mecanismos manuais. Foi esta a transformação determinante que se constituiu no “ponto de partida” para a industrialização (DOBB,1977, p.69).

Cria-se uma nova interação no mundo do trabalho, em que o proprietário dos meios de produção e materiais (capital) necessita da mão de obra (trabalho) para o funcionamento da sua fábrica e a busca entre os antigos artesãos que, sem opção de continuar em suas atividades e incapazes de competir com a nova concorrência, se vêm obrigados a trabalhar nas novas fábricas a fim de garantir sua subsistência.

Surge então uma nova relação, entre capital e trabalho, permeada pela existência de inúmeros conflitos. Nesta situação, a competição com a produção em massa torna-se extremamente desigual, arruinando os antigos artesãos que, vendo-se destronados de seus postos de detentores da produção e sem condições de sobrevivência, não possuem outra alternativa a não ser submeter-se ao sistema, vindo a empregar-se nas unidades de fabricação ou indústrias emergentes na época.

Entre os teóricos que se destacaram na fundamentação e explicação deste fenômeno denominado *capitalismo*, que modificou as relações no trabalho, destaca-se Karl Marx¹. Segundo Marx, o processo histórico que transformou as antigas relações econômicas dominantes no feudalismo, contribuindo para sua destruição, ao mesmo tempo em que se construía o capitalismo, pressupõe a necessária concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência. Partindo deste princípio, o cenário que se constrói indica uma nova divisão social, em que os representantes da classe detentora das riquezas investem seus recursos na instalação de organizações empresariais produtoras de bens e serviços. Para tanto, necessitam contratar mão de obra e buscam-na em uma classe social mais pobre, que não possui recursos para bancar

¹ Kal H. Marx (1818-1883), cientista social, historiador, revolucionário foi o pensador socialista que maior influência exerceu sobre o pensamento filosófico e social e na própria história da humanidade. Entre suas obras a mais importante foi "O Capital", dedicado ao estudo do processo capitalista de produção, publicado em 1867.

sua própria produção e, não tendo como sobreviver, predispõe-se a trabalhar em tais organizações em longas jornadas e recebendo baixos salários. Surge então uma nova classe, a dos “proletários” ou assalariados.

Em sua obra, Marx defende ainda que a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca são características fundamentais da sociedade produtora de mercadorias. A divisão do trabalho, fundamental no capitalismo, parte do pressuposto que a pessoa de forma individual não domina todas as profissões para satisfazer suas necessidades em termos de alimentação, vestuário, habitação, entre outras. Com isso, necessita, para sua própria sobrevivência, adquirir os produtos do trabalho de outros. Neste sistema, cada pessoa, com sua profissão particular, fabrica um determinado produto, mas gera uma dependência em cadeia de outros necessários para seu consumo, tornando todos interdependentes no processo de produção e abastecimento do mercado (MARX, 1996, p.402-404).

Neste processo, a mercadoria é concebida, em primeiro lugar, como algo que satisfaz uma necessidade qualquer do indivíduo; em segundo lugar, como uma coisa que se pode trocar por outra, estabelecendo-se aí mais um ponto fundamental do sistema, que é a relação de troca.

A utilidade de um objeto confere-lhe um valor de uso, isto é, uma utilidade específica para o seu consumidor. Conseqüentemente, pode-se afirmar que as mercadorias diferenciam-se umas das outras pelo seu valor de uso, uma vez que a cada necessidade específica corresponde uma mercadoria com características adequadas. Por sua vez, o valor de troca (ou simplesmente o valor) poderia ser considerado como a relação ou a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie, contra um certo número de valores de uso de outra espécie.

Quando dois objetos são equivalentes e equiparáveis, tais objetos são iguais. No entanto, verifica-se que as mercadorias permutadas nem sempre são iguais, ou seja, há diferenças entre si. O que elas têm em comum, é o fato de serem produtos de trabalho humano. Mas não é só o trabalho que vai determinar o seu valor, mas a sua utilidade como produto de consumo é que vai estabelecer o seu valor de troca (MARX, 1996, p.405).

Neste sistema de troca apresenta-se uma questão a ser resolvida para consolidar o próprio capitalismo em sua forma original. A impossibilidade de que as pessoas individualmente produzam tudo o que precisam implica na dependência entre os indivíduos para que estes possam obter os produtos necessários à sua subsistência. Aliando-se esta dependência à constatação de que nem tudo o que é produzido interessa a todos, surge a necessidade de uma mercadoria com valor de troca comum que, além de satisfazer os interesses, mantenha a equiparação dos valores dos produtos, já que os mesmos diferenciam-se uns dos outros sob a ótica do seu valor de uso e de troca (MARX, 1996).

Nasce, a partir daí, a “mercadoria-moeda” ou simplesmente “dinheiro”, que representa os valores de todas as demais mercadorias, tornando-se o *equivalente geral*, ou comum, nesta relação de troca. Entre as diversas tentativas de se estabelecer uma mercadoria-moeda com este poder de equivalência, a que se consolidou e perdurou por longo tempo foi o *ouro*, dadas as suas características intrínsecas.

Antes de desempenhar realmente o papel de dinheiro, uma mercadoria tem que ser socialmente reconhecida como mercadoria dinheiro. A escolha da mercadoria sobre a qual recairá a função do dinheiro depende da forma como os produtores habitualmente expressam os valores de seus produtos. No passado, por exemplo, utilizava-se o gado, pele, cigarro, metal precioso ou peixe seco, que exprimiam o valor de troca. Segundo Catani, “desta forma as mercadorias já não se defrontam mais num processo de troca, mas são permutadas ou adquiridas por dinheiro, que passa a ser o intermediário na troca das mercadorias, tornando-se o meio de *circulação*” (CATANI, 1984, p.30).

Neste processo, o meio circulante para a troca ou a aquisição de mercadoria passa a ser o dinheiro. Marx afirma que este “dinheiro”, que circula e gera a movimentação de troca das mercadorias, transforma-se em capital e é este capital que vai alavancar todo o funcionamento do sistema. É necessário, porém, considerar que, como apenas o dinheiro interessa aos mercadores, tal tipo de troca ou aquisição só fará sentido se o detentor do dinheiro receber, ao final, mais do que possuía no início do negócio, gerando uma expansão do valor ou uma valorização do dinheiro. “No sistema capitalista, a soma do dinheiro tem que ser maior ao final

da operação do que no início da mesma, e conseqüentemente, o processo de expansão do capital não conhece limites” (MARX, 1996, p. 237-241).

Desta forma, o detentor da riqueza ou do dinheiro teria que descobrir uma mercadoria cujo valor de uso fosse dotado da propriedade singular de ser fonte e valor. Uma mercadoria cujo processo de consumo fosse, ao mesmo tempo, um processo de criação de valor, ou seja, uma criação de mais valia. E tal mercadoria existe, é a *força humana de trabalho*. A sua utilização é a mão de obra no trabalho que cria e agrega valor. Assim, a classe operária ou trabalhadora passa a produzir e vender sua força de trabalho ao capitalista, mas para tanto, é necessário que esteja viva, se alimentando, dormindo, se agasalhando e reproduzindo. Segundo Catani, “neste modelo, o trabalhador que produz, também contribui para a manutenção do sistema capitalista, sendo consumidor e pagando o preço dos produtos” (CATANI, 1984, 35-36).

Considerado como o ponto de partida para a industrialização, a revolução industrial estabelece as principais fases do desenvolvimento capitalista, segundo Catani,

[...] pelo simples motivo de que pressupõe a existência de certos níveis de acumulação capitalista, sem os quais não parece viável a substituição da força de trabalho por máquinas cada vez mais aperfeiçoadas. As relações capitalistas de produção – ou seja as relações do trabalho assalariado com o capital – tinham amadurecido durante dois séculos, ou mais, antes da revolução industrial [...] Isto significa, em suma, que houve transformações importantes na força de produção, mesmo na aurora do capitalismo, quando este ainda se desenvolvia no invólucro de uma sociedade predominantemente feudal (CATANI, 1984, p.52-53).

Este “capital industrial” se dinamiza e passa a dominar a economia de mercado, fomentando um enorme impulso no sistema capitalista. O trabalhador, ao invés de produzir, passa a ser necessário apenas para regular, carregar e acionar a máquina e depois, para desligá-la. De acordo com Singer (2001, p.17) “de produtor o operário é literalmente reduzido a servente de um mecanismo, com cuja força, regularidade e velocidade ele não pode competir”.

Se considerarmos que a máquina é mais *produtiva* do que o ser humano, porque supera facilmente os limites físicos do organismo humano, a substituição do homem pela máquina apresenta vantagens inegáveis para o capital, pela redução do custo de produção que proporciona. Neste contexto, a consolidação do capitalismo industrial inspira uma nova ordem econômica com uma estratégia de expansão que requer a unificação de todos os mercados, locais e nacionais, assim como a competição livre para todos. Paul Singer, ao discorrer sobre esse modelo, destaca:

Este novo modelo, chamado liberalismo, rejeita a intervenção do Estado no mercado, mesmo que seja em seu favor. Sua superioridade produtiva dá-lhe confiança de poder vencer a competição, sem precisar da proteção estatal. O liberalismo econômico é parte de uma doutrina maior, com desdobramento no nível político, sendo o estandarte sobre o qual a burguesia luta e conquista a hegemonia política. A burguesia, agora industrial, se torna imensamente rica e passa a enxergar no Estado absolutista um rival na disputa pelo excedente (SINGER, 2001, p.19).

No fim do século XVIII, a burguesia passa a querer um Estado do “seu jeito”, sóbrio nos gastos, avesso às aventuras guerreiras e neutro em relação à disputa pelos mercados. Neste cenário, a ofensiva capitalista tem como motor o desenvolvimento das forças produtivas e a eliminação das barreiras institucionais à livre concorrência. A hegemonia do capital é consequência da livre concorrência, imposta pelo triunfo do liberalismo em praticamente todos os países desenvolvidos.

O avanço do capitalismo delinea a estrutura de classes com mais nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política. As raízes desta corrente encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social. Durante o desenvolvimento histórico do capitalismo, este enfrentou diversas crises, como retratado por Rossetti:

Assim, praticamente durante toda primeira metade do século XX, a Grande Depressão, e as Grandes Guerras aproximariam as reflexões teóricas das economias às soluções práticas dos estadistas. A revolução industrial do século XVIII e as questões político-doutrinárias e sócio-econômicas do século XIX já ensejavam essa aproximação. Mas, a expressão, as causas e efeitos das últimas guerras e da crise dos anos 30 certamente foram de maior envergadura e exigiram atuação mais imediata. A Grande Depressão abalou todo o sistema econômico do Ocidente. Nos anos de 1929-33, o desemprego se alastrara como uma peste incontrolável. E, durante as Grandes Guerras, o esforço de mobilização tecnológica e industrial veio demonstrar a correlação definitiva entre o poder militar e o poder econômico. A depressão de 30 reduziu drasticamente o produto Nacional das economias atingidas, cortando-o pela metade: Os Estados Unidos, que produziam mais de 103 bilhões de dólares em 1929, atingiram apenas 55 bilhões em 1933, quando cerca de $\frac{1}{4}$ de sua força de trabalho ficou desempregada. De outro lado as Grandes Guerras também viriam comprometer a atividade econômica normal. Em 1945, no auge do esforço militar, cerca de 55% da capacidade industrial de produção do mundo estavam destinados a armamentos. Estas transformações contribuíram para uma outra causa altamente significativa, que se fez notar sobretudo no pós-guerra. Trata-se da preocupação básica do século XX em torno da idéia do desenvolvimento econômico, onde o mundo todo se viu às voltas com um fenômeno de dimensões inesperadas: o grande despertar dos povos subdesenvolvidos. Esse despertar, possivelmente motivado pela facilitação das comunicações internacionais que colocaram à mostra os contrastes do atraso e da afluência, viria transformar-se numa das mais notáveis características dos últimos anos da década de 40 e, sobretudo, dos anos 50 e 60 (ROSSETTI,1988, p.31-32).

Apesar deste contexto, as tendências teórica e política de ordenação do mundo capitalista não saem de cena ao longo do século XX. Como afirma Singer (2001, p.53): “É indiscutível que entre 1945 e 1970, o capitalismo gozou da mais longa e intensa prosperidade de sua história”.

A acumulação do capital é mantida em nível elevado pela expansão tanto do consumo privado como do gasto público. Em princípio, esta boa relação ocorre pela extensa e variada inovação tecnológica, que frutifica em diversificada gama de novos produtos e em intensas mudanças de processos produtivos, que ocasionam grande aumento da produtividade do trabalho. O crescimento da produtividade permite conciliar elevação de salários, de receita tributária e de lucros, tornando compatíveis a expansão do consumo privado, do dispêndio público e da acumulação de capital. Sobre esta situação, Singer oferece a seguinte perspectiva:

A economia capitalista cresceu contínua e intensamente, estimulada por uma redistribuição de renda favorável aos assalariados e pela generalização de consumo de novos produtos: automóveis, aparelhos eletrodomésticos, televisores, aparelho de som, etc. Um dos novos produtos que mais se desenvolveram foi a aviação civil, possibilitando, juntamente com o automobilismo a prática do turismo em massa, com a conseqüente multiplicação dos hotéis, motéis, etc. A redistribuição da renda que sustentou o crescimento da demanda de consumo, resultou de um novo equilíbrio de forças entre capital e trabalho (SINGER, 2001, p.54).

Na maioria dos países industrializados, lucros e salários crescem em ritmos aproximadamente iguais, o que permite que a demanda de consumo não se torne defasada em relação à acumulação de capital. Assim, a sustentação da demanda efetiva não se dá inicialmente pelo gasto público, mas pela redistribuição da renda.

Desta maneira, o capital cria, para si mesmo, novas oportunidades de investimento, o que lhe garante expansão perene, pois a oferta de novos produtos suscita novas necessidades, que requerem elevação da renda familiar para serem satisfeitas. Para que tal acréscimo ocorra, a mulher vai ao mercado de trabalho, o que cria outros problemas, tais como o de aliviar o peso das tarefas domésticas. Também para estes, o capital apresenta soluções sob a forma de mais bens e serviços postos a venda.

A prosperidade aparentemente indestrutível do pós-guerra começa a ser solapada, porém, a partir do fim dos anos 60, pela diminuição dos ganhos de produtividade do trabalho, inicialmente nos Estados Unidos e depois nos outros países industrializados. Esta diminuição está ligada à crescente insatisfação com as condições de trabalho por parte de um operariado recrutado, não mais das levas de migrantes rurais, mas entre os que terminam o curso médio e não se conformam facilmente com a execução de tarefas repetitivas, maçantes e extenuantes pela intensificação do ritmo de trabalho, ainda que bem pagas.

Outros fatores também colaboram para a crise do capitalismo, tais como as limitações na busca de uma balança comercial positiva como solução para o endividamento internacional, tal como expresso por Singer:

A crise do superendividamento foi causada pelo descontrole reinante no mercado internacional após a destruição do sistema de

Bretton Woods. No euromercado não há banco central que garanta os bancos privados contra a inadimplência de grandes devedores. Esta crise revela a irracionalidade da economia capitalista, enquanto sistema internacional. Cada país superendividado procura reduzir sua demanda interna para diminuir suas importações e expandir suas exportações, visando alcançar um amplo saldo comercial, com o qual passa pagar o serviço da dívida externa (SINGER, 2001, p.62-63).

Singer destaca que é impossível, porém, um grande número de países ao mesmo tempo importar menos e exportar mais, pois as importações de uns são as exportações de outros.

As sucessivas crises, a partir do primeiro choque do petróleo e de políticas econômicas deliberadamente recessivas impostas aos países pelos grandes capitais internacionalizados, contribuem para acirrar o descompasso desenvolvimentista e colocar em xeque o modelo vigente. Começa-se a delinear um novo modo de regulação do capitalismo, formulado ideologicamente após a II Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Pode-se considerar uma reação radical contra o intervencionismo do Estado a formulada por Friedrich Hayek em 1944, intitulada originalmente como *O Caminho da Servidão*. Quando o autor escreveu este texto, tinha como alvo imediato o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, a qual este partido venceria. Ainda de acordo com Hayek, apesar das boas intenções, a social democracia moderada inglesa conduziria ao mesmo desastre que o nazismo alemão, ou seja, uma servidão moderna (Hayek apud ANDERSON, 2000, p.9).

Esta corrente de pensamento toma forma e é incorporada por outros pensadores que, convocados por Hayek, compartilham dessa orientação ideológica, entre eles, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e outros que fundam a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada com reuniões internacionais a cada dois anos, especificamente com o propósito de combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 2000, p. 10).

Este novo modelo, denominado *neoliberal*, paulatinamente instala-se no mundo contemporâneo e de forma definitiva encaminha-se para o centro da cena econômica e política na sociedade.

Embora as origens do neoliberalismo possam ser identificadas anteriormente, sua concretização ocorre na virada da década de 70 para 80. As eleições dos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan, em 1981, confirmam essa afirmação. Durante toda a década de 80, assiste-se a uma significativa expansão desse tipo de perspectiva graças à revitalização do liberalismo como reação política ideológica à crise dos anos 70, da ineficácia do Estado em controlar essa crise, da funcionalidade e adequação do neoliberalismo para a classe dominante e, evidentemente, da derrocada do socialismo real (GONÇALVES, 1994, p.20-21).

O neoliberalismo sendo uma decorrência do liberalismo clássico, parte de uma análise do sistema social e político, propondo uma menor participação do Estado no mercado, tendo como essência a noção da liberdade individual. O pensamento neoliberal pode ser apresentado a partir de quatro premissas básicas, segundo Gonçalves:

- a) Os agentes individuais tomam decisões motivados unicamente pelo interesse próprio, e todas as interações econômicas, políticas e sociais entre esses indivíduos só podem ser explicadas em termos desse interesse próprio.
- b) Essas interações baseadas no interesse próprio não levam ao caos social, mas à harmonia, já que elas fazem parte de uma ordem natural.
- c) Tendo uma grande expressão, o mercado é o responsável pela interação entre todos os interesses individuais e, portanto, pela manutenção da ordem natural.
- d) Em decorrência das afirmações anteriores, qualquer intervenção nesse mercado é indesejável porque dificulta o estabelecimento da ordem natural.

É por isso que as forças de mercado, o livre comércio internacional, a liberalização dos mercados, a privatização e o estímulo à entrada de capital estrangeiro são contrapostos, respectivamente, ao planejamento, ao protecionismo, à regulação, à estatização e à nacionalização (GONÇALVES, 1994, p.21-22).

Entre os defensores da ideologia neoliberal destaca-se Milton Friedman, que lançou, em 1962, a obra *Capitalismo e Liberdade*, em que defende a relação entre a ideologia neoliberal e o sistema econômico de livre mercado. O relacionamento

descrito por Friedman entre tipos de liberdade permite afirmar que, se há liberdade política, então há liberdade econômica, já que esta última é pré-requisito para a primeira.

O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre (FRIEDMAN,1985, p.18-19).

Nesta nova ordem, aparentemente intensifica-se a relação entre os países, tanto no que se refere ao setor produtivo, quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Abre-se o caminho para a implementação do neoliberalismo como pensamento único, ou única forma de obter com êxito tal inserção. A partir daí, as políticas neoliberais são apresentadas como as únicas capazes de desregular os mercados, propiciando às nações um lugar no “trem da história”, segundo Ianni:

Nessa perspectiva, a mundialização seria um desdobramento possível, necessário e inevitável do processo de modernização inerente ao capitalismo, entendido como processo civilizatório destinado a realizar uma espécie de coroamento da história da humanidade... Na esteira da modernização, colocam-se a evolução e o crescimento, o desenvolvimento e o progresso, sempre no âmbito da sociedade de mercado, do capitalismo. Uma idéia antiga, já presente nos primórdios do liberalismo e do positivismo, readquire vigência e força no âmbito dos problemas práticos e teóricos suscitados pela globalização do capitalismo (IANNI, 1996, p.82).

Ianni refere-se à mundialização como um sinônimo da globalização, ressaltando a tendência irreversível deste fenômeno que consolida uma idéia antiga na própria evolução da humanidade. Defende que a globalização contribui para fortalecer o fenômeno neoliberal, que é considerado quase como uma “tábua de salvação” à humanidade para seu desenvolvimento sob a ótica capitalista.

As abordagens dos autores citados acima delineiam uma visão geral do que significa esta ideologia neoliberal no capitalismo atual. Entre as principais características do neoliberalismo destaca-se a promoção da liberdade econômica

assim como da política, com menor intervenção do Estado sobre tais interesses, tornando o próprio mercado regulador e corretor dos seus erros e acertos. Também no Brasil, a onda do neoliberalismo parece ter se instalado, influenciando as políticas econômicas e sociais, com a privatização do patrimônio nacional, resultado de tantas lutas, seguindo o discurso neoliberal. Os partidos de esquerda se debatem em crises internas e, sobretudo, na sua dificuldade de construir um discurso e uma prática que respondam ao neoliberalismo.

O modelo neoliberal, além de não conseguir resolver o problema da pobreza e do desemprego, gera inevitavelmente mais pobreza e mais desemprego, porque a sua lógica é concentradora, mantendo nas mãos dos mais ricos um volume crescente de recursos, com a promessa de que estes constituiriam novas formas de investimentos produtivos, com conseqüente geração de empregos e redistribuição de renda.

A manutenção desse modelo implicaria em continuarmos a alimentar o enriquecimento dos mais ricos, submissos às normas do FMI e do Banco Mundial, que não apenas interferem na economia, mas também na *saúde*, *previdência social*, e na **educação**.

Não são apenas as esferas econômica, social e política que precisam se adequar ao modelo neoliberal, mas as próprias formas de representação social. A educação apresenta papel estratégico neste mister. Os discursos dos governantes, dos empresários e da mídia enfatizam permanentemente a importância de uma escola de qualidade, porém a qualidade absoluta buscada pelos que detêm o poder. Isto porque é indispensável que a educação atenda aos objetivos empresariais de preparação adequada ao trabalho visando a competitividade do mercado internacional e a incorporação de valores neoliberais que facilitem a consolidação da hegemonia.

No campo da *educação e da formação profissional*, as conseqüências do cenário acima apresentado são funestas e poder-se-ia dizer até desoladoras, diante das perspectivas que ensejam os ajustes a uma globalização excludente e sua superestrutura ideológica e a crise ético-político e teórica, apresentando-se de forma clara em diferentes dimensões. A esse respeito, Gentili afirma:

As políticas educacionais implementadas pelas administrações neoliberais permitem reconhecer uma série de regularidades que, para além das especificidades locais, caracterizam e unificam estratégias de reforma escolar levadas a cabo por esses governos. Poderíamos dizer que existe um consenso estratégico entre os intelectuais conservadores sobre como e com que receitas enfrentar a crise educacional. Obviamente, tal consenso decorre da formulação de um diagnóstico a partir do qual é possível explicar e descrever os motivos que originaram a crise e, ao mesmo tempo, de uma identificação também comum sobre os supostos responsáveis por essa crise. A experiência internacional parece indicar a existência de um Consenso de Washington, também no plano de reforma educacional. Na construção desse consenso desempenharam um papel central as agências internacionais, em especial, o Banco Mundial e, mais recentemente, uma série de intelectuais transnacionalizados (os experts) que, assumindo um papel pretensamente evangelizador, percorrem o mundo vendendo seus papers pré-fabricados a quem mais lhe oferecer (GENTILI, 2001, p.7).

Segundo Gentili, o Banco Mundial constitui-se no grande definidor da filosofia, dos valores e das políticas educacionais e das concepções de conhecimento não só para o Brasil, mas para o conjunto de nações que devem se ajustar às premissas da globalização e do espírito neoliberal. Tanto o governo como os empresários desenvolvem um discurso da necessidade de uma formação científica e tecnológica de alto nível, que forme trabalhadores polivalentes e com elevado grau de abstração, requisitos indispensáveis à reestruturação produtiva. No entanto, as políticas educacionais do governo reeditam uma perspectiva pragmática de formação fragmentária e dualista, em que o caminho que se segue é o da descentralização e autonomia autoritária, da municipalização e, aos poucos, das parcerias e cooperativas, até a crescente privatização (FRIGOTTO, 1995, p.26-34).

O sistema capitalista globalizado, permeado pela ideologia neoliberal, incrementa a injusta distribuição de bens materiais, culturais e da educação, o que é justificado pelas “diferenças” individuais de capacidade e mérito. Os que fracassaram na escola e no trabalho são condenados ao analfabetismo e a posições subalternas na sociedade. É nesse cenário que se trata aqui a questão da educação superior ou, mais especificamente, qual deverá ser o papel da Universidade nesse contexto.

1.2 O Capitalismo e a Universidade

Após tratar da evolução do capitalismo no contexto social, culminando com a busca da hegemonia na versão atual denominada neoliberalismo e sua disseminação pelos quatro cantos do mundo, inclusive no Brasil, percebe-se que qualquer trabalho nesta direção que não contemple tal realidade seria limitado. Seguindo esta lógica, opta-se por este caminho sem perder de vista o foco deste trabalho - O papel da Universidade na formação profissional – e a sua questão de pesquisa: A formação universitária colabora para o desenvolvimento da carreira profissional dos egressos do curso de Administração de Empresas da Uniso?

Para tratar tal questão, deve-se entender a trajetória da Universidade, traçando o seu perfil dentro dos parâmetros do capitalismo, uma vez que este, como citado anteriormente, é o pano de fundo que “decora todo o cenário” da sociedade atual que, sob essa “regência”, se torna cada vez mais individualista, consumista e competitiva, pautada pela “lei dos mais fortes”. A exclusão social revela-se por meio da própria lógica do sistema em que os mais fortes são a minoria e traçam os destinos da maioria que, por falta de “espaço”, se entregam à própria sorte conformando-se com as migalhas que lhe restam, legando às suas novas gerações conformismo, limitações e mínimas chances para reverter seu estado social, profissional e intelectual.

Para o sistema vigente, essa apatia é extremamente benéfica, pois garante a estabilidade e o equilíbrio social e até mesmo a governabilidade das nações que, para a “manutenção da lei e da ordem,” facilmente debelam qualquer movimento face a algum foco de “descontentes”.

O interesse em compreender o papel da Universidade na formação profissional, sua trajetória como instituição e suas funções no contexto social advém do desafio que a ciência e a tecnologia representam para os países em desenvolvimento, até porque os graves problemas que os assolam exigem soluções próprias e, por vezes, distantes daquelas adequadas ao Primeiro Mundo. A Universidade é um local privilegiado para o enfrentamento de tal desafio, pois é a instituição social que conjuga, de forma única, os papéis da produtora de conhecimentos, educadora da nova geração de pesquisadores e formadora de

profissionais que dominam os instrumentos necessários ao uso qualificado dos avanços da ciência e da tecnologia. Entende-se aqui, *uso qualificado* como saber fazer a mediação entre a produção do mundo científico-acadêmico e o seu aproveitamento na comunidade.

A discussão acadêmica, em sua origem e repercussões, não está limitada apenas internamente, pois o ponto nevrálgico pode ser o financiamento e escassez de recursos. No entanto, todos os caminhos, de alguma forma, trazem à tona a questão dos papéis e objetivos da Universidade, das relações de ensino e pesquisa.

As discussões não se limitam, portanto, ao âmbito interno das Universidades brasileiras, mas se extrapolam para a sociedade e assumem dimensões globais, incidindo sobre papéis e objetivos, relações entre ensino e pesquisa e a questão de financiamento.

A Universidade, como instituição formal, existe já há quase nove séculos, com uma significativa evolução desde a fundação de Bolonha, Paris ou Oxford (SCHUCH,1998). Tanto influências civis, religiosas, sociais e econômicas quanto o desenvolvimento da ciência inspiraram ou tornaram obrigatória esta evolução. No entanto, nem todos os sistemas ou estabelecimentos de Ensino Superior evoluíram com o mesmo ritmo e com as mesmas características, de tal modo que coexistem, neste início do século XXI, sistemas ou estabelecimentos que podem ser qualificados de “tradicionais” e outros, como “contemporâneos”. As influências que sofreram e o nível de desenvolvimento que atingiram em diferentes lugares configuram verdadeiros modelos com ênfase em distintos aspectos da vida acadêmica e alternativas estruturais e administrativas. Esses modelos, identificados com algumas das nações mais desenvolvidas, inspiraram a criação e a evolução de Universidades em nações emergentes ou mesmo naquelas mais atrasadas.

No Brasil, a Universidade surgiu tardiamente e com características peculiares. Sofreu influências muito bem configuradas de modelos consolidados em outros países, inicialmente o francês, algumas tentativas do alemão e, posteriormente do americano. Suas características originais marcaram e ainda hoje influenciam o seu desenvolvimento, o que tem dificultado e até mesmo impedido a existência de uma Universidade na acepção mais evoluída dessa instituição secular e universal. No Brasil, a Educação Superior surgiu e se consolidou em escolas superiores isoladas com orientação principalmente voltada para a preparação profissional naquelas

áreas mais tradicionais, que as elites emergentes do país demandavam. As Universidades não foram mais do que a reunião desses estabelecimentos isolados que relutaram em articular-se numa nova instituição, mantendo seu “status” particular e características originárias. As reitorias surgiram sem poder acadêmico, relegadas às questões burocráticas e de relações com o Governo para a obtenção de recursos. As poucas tentativas de criação de uma Universidade em que a geração e disseminação do conhecimento não restritamente profissionalizante fossem a orientação principal logo cederam às pressões vigentes, tornando-se lugar comum com as demais instituições que começaram a disseminar-se pelo país. Ao contrário do que aconteceu nos países hispano-americanos, nos quais a instituição universitária existia já no século XVI, o ensino superior brasileiro só conheceu iniciativas concretas de criação de Universidades no início do século XX. “Mas foi só em 1920, que foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira Universidade reconhecida no Brasil” (CUNHA, 1986, p.189).

No entanto, desde os anos 50, a velocidade de crescimento dos estabelecimentos isolados tem sido muito maior que o desenvolvimento das Universidades, graças ao modelo político adotado que bloqueava qualquer evolução nesse sentido. Para as elites dominantes, era mais interessante manter o domínio da situação, estabelecendo normas que restringissem o acesso da maioria aos níveis universitários e limitassem o crescimento de um sentimento de autonomia e desenvolvimento. Era preciso manter sob controle esta formação, ou capacitação ideológica, a fim de evitar a perda do domínio e de poder sobre a grande massa populacional, o que conduziria fatalmente a grandes movimentos reivindicatórios e conflitos sociais, desestabilizando o poder central em nome da minoria dominante. Por outro lado, era necessário manter a força da mão de obra concentrada na produção de bens e construção de obras que fortalecessem o capital, mantido nas mãos desta minoria, que desfrutava das riquezas geradas, sem a preocupação de redistribuir ou atender à grande camada da população em suas necessidades de sobrevivência e desenvolvimento social. Desta forma, além de alienante, a cultura era “seletiva”, acessível apenas a um grupo privilegiado, dado o “caráter burguês” das exposições de artes aos recitais, do alto preço dos livros e dos objetos de artes. Todo o sistema educacional, além de restrito, era altamente seletivo, desvinculado da realidade social.

Segundo Cunha, vários fatores concorreram para o prejuízo da consolidação universitária no Brasil. Primeiro, a proibição de Universidades no Brasil-colônia, de modo a garantir o monopólio da Universidade metropolitana e evitar a temida emergência de sentimentos autonomistas. Segundo, a prevalência do modelo napoleônico, voltado para o ensino profissional, não necessariamente ao ensino universitário. Terceiro, a influência positivista, que via na Universidade uma instituição estruturalmente comprometida com o arcaísmo. Quarto, a grande dimensão do país e a dispersão da população, dificultando a concentração de estudantes potenciais que viabilizassem instituições com mais de um curso superior (CUNHA, 1986, Cap.I-IV).

Nesse contexto, observa-se que o caminho para a construção de uma Universidade forte e coerente com os princípios que norteiam a sua existência e consolidam a sua razão de ser, por meio da pesquisa e da extensão cultural com mais liberdade de experimentação e pensamento, torna-se extremamente difícil. Os obstáculos se intensificam na medida em que se busca sua realização, devido a um sistema imperialista que manipula as regras de acordo com as exigências e interesses da minoria dominante que “assiste” o poder central, mantendo uma política clientelista e de insofismável garantia de que não será desbancada pela maioria dominada que clama para ser ouvida em suas reivindicações, interesses e necessidades. Tal clamor, porém, não é ouvido porque a construção do sistema social, político e econômico da Nação, desde a sua origem, fundamentou-se nos princípios do domínio de um *Poder menor*, mas com uma força tamanha que cala qualquer movimento de protesto nesta desequilibrada relação de forças.

Esse sistema sustenta-se nos princípios “tayloristas” de produção e crescimento da riqueza, em que se faz necessária a captação e concentração de uma grande massa de mão de obra para a produção de bens e serviços que gerem grande lucratividade. Mas, na política adotada, esta lucratividade não traz benefícios à *maioria*, que terá que se contentar com poucos salários para sua subsistência, pois afinal contribui somente com sua mão de obra para a força de trabalho, enquanto que os recursos do capital, concentrados em poder da minoria dominante, sustentam os recursos materiais e equipamentos. Os benefícios sociais oriundos desse sistema ficam a critério do “paternalismo” ou da conquista por meio de movimentos reivindicatórios que, para serem atingidos, deixam muitas vítimas pelo caminho.

É nesse princípio de relação de força e poder entre as classes (dominante e dominada) que se insere a instalação e desenvolvimento da Universidade, submetendo-se às regras políticas e sociais, nem sempre condizentes com os fundamentos que norteiam a sua razão e existência. Percebe-se então que, neste ponto, convergem os obstáculos para a consolidação de uma Universidade autônoma e independente a serviço da sociedade, exercendo o seu verdadeiro papel na construção social por meio das suas áreas de atuação. Tal situação ocorre já que o sistema impõe limitações, a princípio incentivando apenas o segmento que vai alimentá-lo em sua saga de profissionalizar a mão de obra em nível superior, atendendo à demanda e aos objetivos da produção em massa, sem nenhum compromisso com os outros segmentos da Universidade. Estes outros segmentos são relegados a segundo plano por estarem desqualificados frente aos interesses políticos do poder central, que não pretende dar margem à uma politização social, mediante uma interação com a *Pesquisa* e a *Extensão Universitária* que, além de completarem o verdadeiro significado da Universidade, dando sentido à sua existência, contribuiriam para reescrever o progresso social, político e econômico em uma sociedade mais esclarecida e menos dependente. Mas isto não seria conveniente, pois abalaria o controle do sistema vigente, o que não interessa às elites da classe dominante e ao poder central.

A forma de implantação, em nosso país, de escolas superiores totalmente desprovidas das condições necessárias ao desenvolvimento de uma prática de pesquisa, destinadas a atender as exigências correntes, ou seja, profissionalizar mediante o repasse de informações de técnicas e habilitações pré-montadas, demonstra o profundo equívoco que tomou conta da educação no Brasil. Na realidade, tal ensino superior não profissionaliza, não forma, nem mesmo “transmite” adequadamente os conhecimentos disponíveis no acervo cultural, limitando-se a repassar informações fragmentadas e a conferir uma certificação burocrática e legal de uma determinada habilitação, ao invés de oferecer conhecimentos integrados e relacionados à prática. Sem dúvida, a habilitação profissional que qualifica hoje o trabalhador para a produção, no contexto da sociedade na terceira revolução industrial, era da informatização generalizada, precisa ir além da mera capacitação para repetir os gestos do “taylorismo” clássico. É necessário repensar este papel formador, não se limitando a um desenvolvimento reprodutor, mas abrangendo um

“*desenvolvimento pensante*”, em que o formando adquira conhecimentos balizados pelo “experimento, descobertas, testes e avaliações”. Isto deve ocorrer do forma que o graduando não se transforme apenas em profissional, mas num ser reflexivo, valorizando o convívio social e o seu papel na sociedade, atuando de forma individual ou coletiva para deslumbrar novos horizontes como herança às futuras gerações. Por outro lado, hoje, a própria atuação profissional em qualquer setor da produção econômica exige capacidade de resolução de problemas com criatividade e riqueza de iniciativas, face à complexidade das novas situações (GROSSI, 1996, p.2).

Avaliar o papel da Universidade na formação profissional exige repensar o seu papel na sociedade como instituição não apenas reprodutora de conhecimentos mecânicos e burocráticos-formais. Mostra-se necessário construir tal papel efetivamente, com uma atitude sistemática de pesquisa, a ser traduzida e realizada mediante procedimentos apoiados na competência técnico-científica, abrangendo o experimento e descoberta por meio da pesquisa e análise dos resultados que, considerados cientificamente, contribuem para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade.

A técnica da pesquisa no âmbito do trabalho universitário contribuiria de forma significativa para tirar o ensino superior de sua letargia. Existem porém, diversas causas, decorrentes da própria política educacional desenvolvida no país, da pouca valorização da pesquisa como elemento integrante da vida universitária.

O que se pretende ressaltar é que a Universidade tem um papel fundamental na construção social, através da formação profissional. No entanto, se mantida atrelada aos interesses das classes mais favorecidas, ou que detém o poder, dificilmente se livrará dos grilhões que a acorrentam desde a sua origem, quando foi instituída para atender aos reclamos das elites. As questões formuladas anteriormente poderão ser respondidas quando a Universidade deixar a sua essência de reprodutora do sistema vigente e passar a exercer a sua verdadeira missão, designada no conjunto de ensino, pesquisa e extensão, apoiando a construção social ampla e irrestrita, não sendo somente elitista, mas um instrumento de capacitação e desenvolvimento, a serviço da sociedade como um todo. Nos primórdios do novo milênio, século XXI, o grande desafio da humanidade atual, tem sido sobreviver num mundo globalizado e competitivo. A maior tarefa dos

governantes seria, a princípio, criar as condições necessárias para que as pessoas se desenvolvam cultural, profissional e pessoalmente como cidadãos. No entanto, se pensarmos que a base para o desenvolvimento do indivíduo é a sua formação, fundamentada em uma educação adequada, que permita compreender e discernir o caminho para uma interação social e profissional, o que se constata é uma importante lacuna entre a *realidade* e o *objetivo*.

É necessária uma vigilante atenção, uma readequação por parte dos educadores, não se deixando levar nem por uma atitude meramente moralizante ou saudosista, nem por um deslumbramento alienante, tendo presente o papel intencional do conhecimento, como única ferramenta das pessoas para a construção e interação de suas ações individuais e coletivas. Portanto, mesmo levando-se em conta a novidade e especificidade dessa situação, mais se faz *premente a exigência da educação*. Não se pode ver a Universidade sem referência à educação que se faz imprescindível para este momento, em que se pode afirmar que a legitimação, enquanto lugar e mediação de um projeto educacional, só ocorrerá com o significado que a relaciona com a sociedade.

A instituição universitária como um todo deve estar comprometida com sua função específica e peculiar de estar sempre produzindo, sistematizando e transmitindo conhecimento novo. Numa outra linguagem, na Universidade o professor precisa da prática da pesquisa para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa para poder dispor de produtos do conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação (SEVERINO, 2000, p.13).

Só assim a Universidade se concretizará, a partir de um efetivo comprometimento com a proposta de criação de uma tradição de pesquisa, investindo na formação de seus pesquisadores, ou seja, na formação continuada de seus docentes como pesquisadores, proporcionando infra-estrutura técnica, física e financeira para que possa atingir tal fim e, por meio da extensão, desempenhar o seu papel em benefício da sociedade, cumprindo a sua missão. Para arrematar esta questão, o trabalho de Silva Jr., esclarece a dimensão do papel da Universidade no sistema vigente da sociedade, discutindo qual é a prioridade que o seu desenvolvimento vem recebendo no âmbito da educação superior:

O espaço social da educação superior brasileira passa por um profundo processo de reconfiguração, caracterizado por uma restrição de sua esfera pública, e proporcional aumento de sua dimensão privada. Refiro-me aqui a um processo de subsunção da esfera educacional, de forma geral e de forma acentuada, em seu nível superior, provocando profundas mudanças na Identidade dessa Instituição. Assim, uma boa abordagem para a resposta a referida pergunta seria uma breve análise da conjuntura atual da educação superior brasileira, mostrando tal processo de transformações das instituições de educação superior (IES), de produtoras de conhecimento em produtoras e administradoras de informações para o mercado. Os fins últimos das IES constituem-se na produção crítica de conhecimentos por meio de seu processo acadêmico-científico e por meio da cultura institucional que se produz de forma polissêmica e multifacetadamente, mas que a racionalidade da gestão em muito contribui para realizá-la. Ressalte-se que a lógica orientadora da gestão da educação superior e de suas instituições deve ter em seu centro a realização plena do processo acadêmico-científico, e jamais a rentabilidade ou o favorecimento político e institucional estranho à esfera educacional. Em outras palavras, a gestão jamais poderá constituir-se em fim em si mesma, ou pôr-se em favor de outros interesses que aqueles decorrentes da plena realização do acadêmico. No entanto, como já foi dito, a lógica das reformas em curso na educação superior, bem como sua forma gestorial e o desenho do acadêmico-científico, parece não se desenhar dessa maneira. Constata-se que as gestões das IES em geral orientam-se por uma busca de lucro, ou redução de custos relacionados à academia, deixando como meio a produção do conhecimento, histórica função da instituição de educação superior, especialmente a universitária, e os fins: mais diversificados se tem visto. Ou seja, as gestões universitárias têm-se pautado por uma administração orientada pela *Teoria Geral da Administração*, que acaba por tornar-se um fim em si mesma, e propõe-se válida para qualquer esfera de atividade humana (SILVA Jr., 1999, p.29).

O autor dimensiona de forma interessante esta questão, ao discutir qual é o produto que vem sendo oferecido à sociedade pela Universidade, se é o *aluno* ou o *curso*. Trata ainda, nesta dimensão, do valor atribuído pelos gestores de acordo com os interesses dos detentores do poder, que evidentemente deixam de lado a principal missão da Universidade. Reforça-se assim o pensamento diante do quadro delineado sobre a academia neste trabalho, e a necessidade de resgatar a verdadeira identidade da Universidade como Instituição de Ensino Superior secular caracterizada pelo seu verdadeiro compromisso com a sociedade, e não apenas como órgão a serviço das elites dominantes. Seu papel deve ser o de estar à disposição de uma sociedade para que, apesar dos ventos soprando fortemente

para o liberalismo do consumismo, individualismo, concentração de recursos e poder, possa disseminar uma postura reflexiva em favor do social, da convivência em comunidade e com a comunidade, com uma participação efetiva dos seus cidadãos na busca de um equilíbrio e maior justiça social.

Compreender o papel da Universidade e a dinâmica em seu desenvolvimento não parece difícil, mesmo diante do encadeamento de obstáculos dispostos no transcorrer de sua evolução, enquanto instituição que prima pela construção do conhecimento. O maior dilema está em conciliar sua principal vocação com o contexto sócio-político, econômico e cultural que permeia esta sociedade capitalista, principalmente no que se refere à questão do *poder* nos moldes como está alicerçado atualmente. No entanto, apesar deste dilema, diversas ações têm sido empreendidas buscando equacionar esta lacuna.

“Durante as duas últimas décadas, os regimes neoliberais estabelecidos na América Latina, tanto por governos civis, como por militares promoveram profunda reestruturação de seus sistemas nacionais de educação” (GENTILI, 2001, p.7).

Estas reformas, sob o ponto de vista educacional, provocaram inúmeras mudanças, redefinindo papéis, principalmente na função do Estado-docente, substituído por um Estado-avaliador que se afastou da função social de *educar*, passando a exercer papel fiscalizador determinando graus de eficiência e de produtividade das instituições educativas. Além disso, dentro do escopo das políticas neoliberais adotadas, os governos latino-americanos, apoiados por organismos internacionais como Banco Mundial e BIRD, produziram impacto direto sobre todos os níveis do sistema, implicando em uma forte reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado no sistema educacional, evidenciando um notável aumento das instituições privadas de educação superior. Talvez este seja o grande legado à educação propiciado pelas correntes neoliberais, entre outros fatores, com a redução dos gastos governamentais destinados tanto ao financiamento da Universidade pública, como à manutenção do sistema científico-tecnológico nacional.

O que se pretende concluir aqui é que a autonomia da Universidade, enquanto instituição de ensino superior, sofre abalos diante do poder que governa sob o manto capitalista, contemplando a globalização dentro da lógica neoliberal. Tal poder fatalmente influencia a consolidação de sua própria identidade como

instituição de ensino superior e, no afã de se manter, influencia e contamina a essência da Universidade, no desempenho de sua missão diante da sociedade, que é construir e disseminar o conhecimento independentemente de ideologias partidárias.

No entanto, este cenário pode ser menos sombrio se as lideranças e os educadores universitários, imbuídos de seus ideais, mantiverem firme o propósito de construir uma Universidade, no que se refere à sua vocação, que esteja acima dos princípios que norteiam o sistema capitalista vigente. Para tanto, seria necessária a administração do próprio conflito, buscando articular idéias e princípios que transformem e tornem compatíveis os esforços no sentido de conciliar o seu papel no ambiente social, não simplesmente como reprodutora, mas criadora de conhecimento dentro dos parâmetros científico-acadêmicos, preparando o indivíduo humano para exercer seu papel social e profissional.

2 A EVOLUÇÃO DO CURSO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Neste capítulo discute-se a importância do curso superior para a sociedade atual e sua influência na vida dos cidadãos que atingem a formação em nível de terceiro grau. Tais privilegiados representam uma parcela ínfima da sociedade, aproximadamente 1% da população brasileira, e ainda assim encontram inúmeras dificuldades para se estabelecerem profissionalmente. Esta constatação não é muito diferente dos dados mundiais que revelam em torno de 1,5% da população com formação em terceiro grau (BRASIL, 2000). Para obter algumas respostas e compreender a dimensão deste tema, faz-se necessária uma retrospectiva da trajetória e evolução do Curso Superior, para posteriormente direcionar o foco sobre a formação profissional no curso de Administração, questão principal deste trabalho.

2.1 A Trajetória do Curso Superior no Brasil

Um dos eventos mais importantes de nossa história, em termos de transformação e desenvolvimento, foi a vinda da corte real para o Brasil, ainda que em caráter temporário. Este fato exigiu adequações à altura da realeza, que propiciaria mudanças significativas, conforme Vitor Schuch. Jr., “comparável com as transformações vinculadas ao nacional desenvolvimentismo que a partir de Vargas e do populismo, marcaria uma nova era de mudanças estruturais” (SCHUCH, 1998, p.100).

No período colonial, as elites latifundiárias locais submetiam-se ao sistema imperialista, pois esta dominação proporcionava grandes rendimentos por meio da monocultura, enquanto podiam importar tudo o que lhes fosse necessário. No entanto, a maioria do povo era miserável, paupérrima ou composta por escravos, e muito pouco tinha para viver. Este quadro desolador, no final do período colonial, teria que mudar, pois a corte portuguesa não poderia permanecer em tal dependência por um período cuja duração era então desconhecida.

O cenário da época começa a ser redesenhado com a criação de algumas fábricas, principalmente naqueles setores relacionados à defesa, metalurgia, armamentaria, pólvora, entre outras, o que insere o país no processo de produção

industrial, a partir da segunda década do século XIX. Com a abertura dos portos, maior interesse dos ingleses que haviam garantido a transferência da corte portuguesa, incrementou-se o comércio, com novas oportunidades de negócios. Assim, o Brasil deixou de ser colônia graças à invasão de Portugal por Napoleão, tendo sua independência garantida pelos interesses comerciais ingleses que também influenciaram, posteriormente, a abolição da escravidão. A independência articulou-se dentro da própria família real portuguesa, sem alterações na estrutura político-econômica, principalmente para o povo mantido no sistema de exploração e vida miserável.

Para os ingleses, era importante eliminar a intermediação de Portugal nos negócios com o Brasil, que seria um mercado garantido para os produtos que suas indústrias tanto necessitavam vender. Financiaram “com muito prazer” a independência, podendo então transacionar livremente com um país “autônomo”. O custo desta independência, pago à Portugal com financiamento da Inglaterra, transforma o Brasil em devedor e, conseqüentemente dependente, da Inglaterra, inaugurando a sua dívida externa.

Neste cenário, as questões educacionais, relegadas a segundo plano, são traços marcantes do panorama educacional, e conduzem a um retardamento da Universidade brasileira. O país convive, por muito tempo, apenas com uma maioria de instituições de ensino superior não universitárias, bem como com a predominância privada desse grau de ensino. Assim que a família real se instalou no Brasil, D. João VI tratou de dotar a colônia das condições mínimas compatíveis com as necessidades da corte. Sobre esse momento, Vitor Schuch. Jr. relata:

No plano cultural, além da imprensa, biblioteca pública, dentre outras medidas foi iniciado o ensino superior. O exército não podia prescindir de médicos e engenheiros. Imediatamente, ainda em 1808, foi iniciado o ensino de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, inicialmente com cadeiras e cursos sem maior organicidade e posteriormente melhor organizado em academias e faculdades. As faculdades de medicina do Rio e de Salvador, alguns anos mais tarde, passariam a oferecer, além dos cursos de ciências biomédicas e cirúrgicas, os cursos de farmácia, de obstetria e ginecologia e de odontologia. Este foi todo o ensino da área de saúde que permaneceu até a República. No campo da engenharia, o ensino superior surgiu da diferenciação do ensino militar. Inicialmente foi a Academia Real Militar, fundada em 1910, por D. João que preparava também civis. Foi somente na penúltima

década do Império que o ensino de engenharia, com a criação da escola politécnica, desvinculou-se totalmente da engenharia militar, surgindo daí o nome de “Engenharia Civil”. Formava engenheiro civil, de minas, geógrafo e industrial e professores de ciências físicas naturais e de ciências físicas e matemáticas para o ensino secundário. Logo após a criação da Escola Politécnica foi também criada a Escola de Minas de Ouro Preto, inspirada na Escola de Minas de Saint-Etienne, por vontade de D. Pedro II que queria incentivar a produção de ferro e aço. O ensino de Direito só surgiria depois da Independência (SCHUCH, 1998, 104).

As demais áreas do conhecimento não foram contempladas, com exceção do ensino da agricultura. Este obteve junto ao Horto Real (posteriormente Jardim Botânico), além de sua função de estação experimental, um Curso Público de Agricultura para o incremento de novas culturas e a criação, no fim do império, de duas escolas superiores de agronomia, uma no Rio Grande do Sul e outra na Bahia. Com a vinda da missão francesa, em 1816, foi fundada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, logo transformada em Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro. “Não exigindo formação secundária específica, nem fornecendo diplomas com prerrogativas profissionais, embora com importância cultural significativa, não era comparável aos outros estabelecimentos de ensino superior” (CUNHA, 1980, p.105).

Outras áreas como Economia, Matemática, Química, História e Desenho contaram apenas com cadeiras isoladas em algumas localidades. Neste contexto, o ensino superior no Brasil foi criado de forma muito diferente da maneira como surgiu no resto do mundo, sendo tipicamente caracterizado como um modelo propriamente brasileiro, devido às suas características específicas, sofreu sempre influência cultural francesa. Enquanto que a dependência cultural era da França, o Brasil era economicamente dependente da Inglaterra, caracterizando uma dependência divergente, como destaca Cunha (1980).

Com essas características, o ensino superior no Brasil surgiu somente no início do século XIX, em função de interesses utilitários e imediatistas. Envolveu poucas áreas de conhecimento de restrita e exclusiva preocupação profissional, Medicina, Engenharia, e Direito e, também em algumas poucas localidades. Proporcionava diploma profissional com garantias de privilégios na ocupação dos postos de trabalho, assegurando prestígio social. Foram escolas isoladas e desarticuladas pela ausência de uma política definida, a não ser de atender às

necessidades imediatas do Estado, desvinculadas da pesquisa, destinadas a importar e copiar o conhecimento necessário, permanecendo dessa forma por quase um século. Este cenário é descrito por Helena Sampaio:

Depois de 1850, sob o governo de Dom Pedro II, período de estabilidade política e de crescimento econômico, presencia-se uma expansão gradual das instituições educacionais e a consolidação de alguns centros científicos, como o Observatório Nacional, o Museu Nacional e a Comissão Imperial Geológica. Mas essa expansão foi relativa. O ensino superior propriamente dito manteve-se exclusivamente limitado às profissões liberais em meia dúzia de instituições isoladas de tempo parcial. Quanto à atividade científica, até o início da República, ela pode ser caracterizada por sua extrema precariedade, oscilando entre a instabilidade das iniciativas realizadas pelo favor imperial e as limitações das escolas profissionais, burocráticas, sem autonomia e totalmente utilitaristas em seus objetivos (SAMPAIO,1991, p.3).

A maneira como se organizaram o ensino superior no Brasil e a sua relação com o Estado deixam claro o controle total e direto exercido pelo Estado sobre as instituições, ainda que houvesse uma autonomia relativa dos professores quanto à forma de ensinar.

Nesta condição, o Estado, além de desenvolver eficientes aparelhos repressivos para manter o padrão cultural de submissão, necessitaria exercer um controle sobre os aparelhos ideológicos, especificamente sobre aqueles destinados à formação de suas elites. Esta perspectiva começa a se modificar a partir da Proclamação da República, com a nova Constituição, baseada em ideais positivistas e liberais, que desvincula a Igreja do Estado, eliminando o ensino religioso das escolas e promovendo a descentralização do ensino superior para os Estados da Federação, ao mesmo tempo em que permite a criação de instituições particulares.

O ensino superior foi criado sem nenhuma preocupação com o modelo de ensino, comparando-se com a Europa dos últimos séculos da Idade Média, como fruto do amadurecimento cultural de uma sociedade que se transformava e culminaria na criação de Universidades. Já a economia e a sociedade brasileira continuavam tradicionais, no mesmo sistema agro-exportador de dependência que os três séculos de colônia transformaram em uma sociedade escravocrata ou semi-feudal, assentada no latifúndio e na monocultura.

Houve, no período imperial, várias tentativas, por meio de projetos, para criação de uma Universidade, porém nenhum deles foi aprovado. Prevaleceu o modelo da escola isolada, desvinculada da pesquisa, com objetivos estritamente profissionalizantes, outorgando diploma garantidor de privilégios no exercício de profissões especializadas, subordinadas ao interesse do Estado e totalmente sob o seu controle.

As discussões iniciais sobre a criação da Universidade giravam em torno da questão do controle do Estado sobre a educação. Alguns defendiam a idéia de que a Universidade era necessária para exercer influência em todo sistema educacional, organizando, orientando e supervisionando as escolas em todos os níveis, assim permitindo ao governo, por seu intermédio, exercer um controle mais competente. No entanto, as reações a essas idéias foram incisivas, sendo seus maiores oponentes os positivistas que, com sua grande influência, conseguiram, até as primeiras décadas da República, impedir a criação da Universidade no Brasil, tal como expresso por Cunha:

Os positivistas foram adversários ferrenhos dos projetos de criação da Universidade no Brasil, principalmente Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Segundo eles a Universidade seria uma iniciativa contrária a liberdade de ensino que pregavam, ainda mais porque sob o controle direto do Imperador, seria previsível o domínio das doutrinas católicas (CUNHA, 1980, p.123).

Como o catolicismo era a religião oficial do Império, temiam que a ele também se subordinasse a Universidade, banindo todas as doutrinas contrárias, principalmente as ciências de base empírica e experimental, como já ocorrera na Europa alguns séculos antes.

A reação era, portanto, contra a Igreja Católica e sua influência na educação. Este anticlericanismo tinha como argumento principal a necessidade de combater a todos os resquícios do mundo medieval que poderiam dificultar a nova ordem burguesa.

Combatiam o velho, mas também o que veio de novo com a sociedade industrial, a luta do proletariado por melhores condições de trabalho e de vida. “A filosofia do Positivismo, surgiu no turbilhão de idéias que a revolução burguesa

conceberia na França nos séculos XVIII e XIX, representando umas das expressões ideológicas mais significativas da nova classe que assumiria o controle do Estado, e tornara-se reacionária” (CUNHA, 1980, p.106).

No Brasil, o ideário positivista foi o conjunto de idéias que mais influenciou o fim do Império e as primeiras décadas da República. Defensor da República como forma de governo, o Positivismo foi assumido como ideologia pelos militares que realizaram a Proclamação da República, que foi de fato uma rearticulação das classes dominantes no controle do Estado, da velha aristocracia açucareira, financeiramente arruinada, para a nova aristocracia cafeeira, cada vez mais enriquecida.

Assumindo o poder, os militares positivistas trataram logo de influir na educação existente no país. A nova constituição republicana e reformas específicas promoveram uma maior descentralização e certa liberalização, satisfazendo também os segmentos liberais ligados ao novo governo. A escola secundária foi reformada com o acréscimo de disciplinas científicas, tornando seus currículos enciclopédicos.

No debate em torno da criação da Universidade, os positivistas tiveram influência significativa, conseguindo sustar as inúmeras tentativas de se criar uma Universidade, argumentando sempre em torno de dois pontos fundamentais, o da liberdade de ensinar e o do livre exercício de qualquer atividade profissional. Nesse segundo aspecto, os positivistas contestavam a Universidade, lutando pelo livre exercício de qualquer atividade profissional, com a abolição de todas as prerrogativas e privilégios profissionais garantidos por diplomas universitários. Segundo os positivistas, a Universidade só viria a reforçar os privilégios e conseqüentemente estimularia o corporativismo, atribuindo mais “status” aos diplomas que os estabelecimentos isolados já forneciam. As pompas universitárias, tão marcantes nos rituais de formaturas, só contribuiriam para aumentar o pedantismo das elites em detrimento do povo que carecia de educação fundamental.

Embora a questão da liberdade profissional não tenha sido realmente uma vitória, a influência dos positivistas manteve-se até que a crise de hegemonia começou a minar o governo. Só a partir daí é que a Universidade iniciou seu desenvolvimento.

A maneira como foi criada e se consolidou a Universidade no Brasil não representou nenhuma transformação no ensino superior em termos estritamente acadêmicos, mas tratou-se apenas de uma junção de escolas isoladas que mantiveram suas características originais, representando somente uma nova instância administrativa de intermediação com o Governo. Na articulação com o Governo para a obtenção de recursos e trato das questões administrativas, a administração superior das Universidades facilmente seria incorporada ao sistema anterior, visto que era apenas este o seu papel, pelas dificuldades estruturais de exercer funções de administração científica e acadêmica.

Ao ser criada, a Universidade preservou o profissionalismo originário das escolas isoladas, reforçado na medida em que todas as decisões sobre currículos estiveram sempre subordinadas ao corporativismo, estimulado pelas associações profissionais articuladas com a Universidade. Este profissionalismo acabou por dificultar a consolidação da Universidade, colocando a investigação científica e a formação básica e geral em segundo plano. O combate às doutrinas progressistas e transformadoras que passaram a denunciar e contestar a ordem burguesa, mais do que o temor dos positivistas em relação a doutrinas retrógradas e conservadoras identificadas com o catolicismo, contribuiu para restringir o livre trânsito de idéias que deveriam permear os valores da Universidade. Como expresso por Chagas (1967), “tivemos a instituição, mas não possuímos a Universidade”.

A questão da pesquisa é um dos temas que fizeram renascer a questão da Universidade, nas Primeiras décadas do século XX. Havia que abrigar a pesquisa de modo estável, e promover a formação do pesquisador, que estava presa, até então, às escolas profissionais inadequadas para esse fim. A pesquisa precisava de um espaço mais distanciado de resultados práticos, e com mais liberdade de experimentação e pensamento. O debate sobre a criação de uma Universidade no Brasil ressurgiu de uma nova perspectiva. Ele rompia com a argumentação quase estritamente política que havia vigorado ao longo de todo o século XIX e agora atribuía à instituição universitária uma nova função: abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral e promover a pesquisa. Para esse novo entendimento, duas associações - a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) desempenharam um papel extremamente importante. Elas colocaram em pauta um projeto de reformulação completa do sistema educacional brasileiro, desde o nível primário - O projeto da Escola Nova - até o superior, com o projeto da Universidade brasileira, que seria seu coroamento (CHAGAS, 1967, p.7).

Neste contexto, a proclamação da República foi, de fato, uma reorganização jurídico-política que viabilizou progressos econômicos, na época, para a cafeicultura. Houve, no entanto, um clima de renovação da base positivista e liberal no país, fomentada pelos militares, que assumiam o poder central.

Sob essa inspiração, a descentralização motivou que, longe do núcleo do Governo Central, iniciativas como a Universidade de Manaus, em 1909 e do Paraná em 1912, fossem tomadas (SCHUCH, 1998).

Estas instituições foram livres mas, por falta de condições locais e sem o apoio do Governo Federal, tiveram existência passageira. Outras iniciativas, em outras regiões e Estados, também não se consolidaram, devido aos jogos políticos e interesses das classes dominantes que, de forma legal ou manipulativa, acabavam por minar a consolidação da Universidade.

Sem nenhum projeto, com tão pouco interesse governamental e com a manutenção da estrutura original das faculdades agregadas, esta Universidade limitava-se ao rótulo. Infelizmente, apesar das tentativas em contrário, foi este o modelo de Universidade que se institucionalizou e consolidou no Brasil até o final da década de 60.

O movimento pela reforma universitária intensificou-se na década de 60, no rastro das transformações que consolidariam o processo de industrialização do país com o nacional desenvolvimentismo. O governo do Estado Novo havia assumido explicitamente a política educacional, aparelhando-se administrativa e legalmente, não só por uma questão de controle, mas porque as necessidades haviam mudado. A educação deixou de ser apenas um bem simbólico procurado pela elite como um mais um sinal diferenciador das demais classes e tornou-se também uma necessidade objetiva em função da industrialização crescente que dependia cada vez mais da ciência e da tecnologia.

Uma experiência renovadora de integração universitária - articulando adequadamente ciência e tecnologia, formação básica e geral com a especialização profissional - despontaria com a Universidade de Brasília. Segundo Darcy Ribeiro:

No plano estrutural da Universidade de Brasília era substituída a divisão tradicional da Universidade em faculdades isoladas e em cátedras autárquicas e duplicadoras, por um novo modelo

organizativo. Este era constituído por três conjuntos de órgãos de ensino, pesquisa e extensão cultural, integrados numa estrutura funcional: Os institutos centrais de Ciências, Letras e Artes (Matemáticas, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras e Artes), as faculdades profissionais (Ciências Agrárias, Ciências Médicas, Ciências Tecnológicas, Ciências Políticas e Sociais, Arquitetura e, Urbanismo e Educação) e de unidades complementares (Biblioteca Central, Editora, Rádio Difusora, Estádio e Museu). A experiência inovadora de Brasília durou apenas quatro anos: 1961 a 1965. Com a queda do presidente Goulart, a preocupação do governo que o sucedeu e, de seus representantes de controlar uma Universidade que não compreendiam provocou a demissão de todos os professores capacitados a implantá-la. Assim foi destruído o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira que aguarda sua restauração (RIBEIRO, 1982, p.133).

Infelizmente, o que pretendia ser uma experiência para estimular a renovação de outras Universidades tornou-se uma imposição indiscriminada, sob o governo autoritário, no que veio a ser conhecido como a reforma universitária de 1968. Assim, todas as experiências renovadoras foram eliminadas ou adaptadas ao sistema vigente.

A década de 60 foi, no Brasil, a época de maior acirramento das contradições que a modernização do país trazia consigo. Os governos anteriores fomentaram a industrialização, facilitando a acumulação de capitais estrangeiros, com a dominação do mercado pelos oligopólios. Por outro lado, o caráter populista permitiu a elevação das expectativas das classes trabalhadoras por melhores condições de vida. Os movimentos populares agitavam o país, clamando por reformas estruturais. As discussões sobre os problemas da Universidade também aumentavam e se disseminavam por todo país. A questão dos “excedentes”, que se tornou crítica nos anos 60, extrapolava o ambiente acadêmico, envolvendo toda a sociedade.

Os estudantes exerceram papel preponderante no movimento pela reforma universitária. A UNE (União Nacional dos Estudantes), nos primeiros anos da década de 60, organizou os seminários sobre Reforma Universitária, realizando encontros e liderando greves. Foi intensa a movimentação em todo país, até que o regime militar fez calar as suas vozes. O movimento estudantil levou o Governo a instituir uma Comissão Especial para estudar e propor medidas sobre a questão estudantil, que resultou no relatório Meira Matos, nome do coronel que a presidiu.

Além das questões estritamente estudantis, entre outras, o relatório destacou a necessidade de medidas legais, urgentes e uniformes para a reforma da Universidade.

A partir de março de 64, o país passou a ter um governo com a nova política do “Desenvolvimento com Segurança”, que contou com o apoio da população não afeita às agitações políticas, em função das tradições culturais de dependência e submissão.

A reforma universitária tornara-se um tema candente e, ainda que várias medidas de repressão ao movimento estudantil tenham sido tomadas, era inadiável uma intervenção estrutural para liquidar com as vocações políticas dos estudantes. O reconhecimento da importância política da Universidade e de sua posição estratégica na sociedade, bem como da imperiosa intervenção do Governo para discipliná-la, demonstrou claramente a ótica da “segurança”, assumida pelo Grupo de Trabalho da reforma universitária.

Mas, justamente porque a Universidade é o ponto de cruzamento de movimentos sociais e de cultura, agente necessário do desenvolvimento, e porque se acha integrada no sistema de força do qual o Estado deve ser o fator de Equilíbrio e direção, sua reforma afeta ao poder público na medida em que se inclui na ordem dos interesses coletivos e do bem comum em geral. Nesta perspectiva, sem prejuízo da autonomia da Universidade, se justifica e, mesmo, se impõe a ação estimuladora e disciplinadora do Estado (BRASIL, 1982, p.17).

O texto deste relatório permite concluir que a preocupação com a “segurança” estava implícita nas intenções dos proponentes da reforma, que tinham outros objetivos não declarados, abrangendo erradicar o potencial de integração estudantil da Universidade.

Já o “desenvolvimento”, a outra dimensão da política nacional, colocava a política econômica em primeiro plano, subordinando a ela todas as políticas sociais. Esta orientação, no campo educacional, corresponde à concepção de *Educação como Investimento* a serviço do desenvolvimento econômico, milagroso na época. A educação era tida como investimento de retorno garantido.

Na ótica do Capital Humano, a política de formação de mão-de-obra, tornou-se a orientação maior da política educacional. Frigotto, que estuda em profundidade esta política, destaca com muita propriedade a que ficou reduzido o conceito de educação:

Finalmente, a educação, uma prática social, política e técnica que se define no bojo do movimento histórico das relações sociais de produção da existência, e com elas se articula, reduz-se a uma dimensão técnica assepticamente separada do político e do social. A função precípua – enquanto uma técnica social – é formar recursos humanos, produzir capital humano. Uma maneira inversa de apresentar a relação entre o mundo do trabalho, da produção e mundo da escola, da qualificação (FRIGOTTO, 1984, p.218).

A industrialização não poderia prescindir de operários minimamente instruídos e qualificados e de uma classe média suficientemente preparada para assumir escalões gerenciais, intermediários e superiores do sistema de produção.

Nesta perspectiva, a Universidade, em 1968, havia sido reformada para que, com maior racionalidade, atingisse uma eficiência mais elevada na preparação dos recursos humanos que o desenvolvimento econômico demandava. Ainda que o discurso de sua justificativa destacasse a importância e a necessidade da pesquisa, a política educacional priorizou a *profissionalização*, mantendo a Universidade, agora reformada, de acordo com a sua velha tradição secular.

Embora contrariando o preceito legal, a expansão deu-se fora das Universidades, fazendo com que, em alguns anos, a maioria dos estudantes de cursos superiores no Brasil estivesse em escolas isoladas e em instituições privadas.

Expandem-se, assim, os interesses empresariais pela educação superior, juntamente com outros inúmeros interesses pelo país, em localidades que não tinham condições necessárias para tanto, na maioria dos casos muito mais motivados pela política local do que por um verdadeiro interesse universitário.

Assim, o governo consegue se libertar da pressão popular, determinada pela demanda social por educação, que tanto marcou a década de 60, com a célebre questão dos “excedentes” dos vestibulares nas Universidades públicas.

A grande questão passa a ser a qualidade. As Universidades públicas, apesar de todas as dificuldades por que passam e da crítica ao seu ensino, são ainda de melhor qualidade se comparadas às particulares. Existem, porém, exceções, como as instituições confessionais de grande tradição que, por terem outros valores, não se pautam por critérios estritamente empresariais, segundo os quais a lucratividade, antes e acima de tudo, deve justificar o investimento.

Entre os diversos problemas enfrentados no contexto social em relação à Universidade, destaca-se a dificuldade do acesso. Os filhos dos pobres, com menor disponibilidade de recursos, não têm competitividade para concorrer com os filhos das famílias mais abastadas. Menos favorecidos economicamente, sofrem as conseqüências de serem oriundos de uma escola de primeiro e segundo graus em que a repetição e a evasão geram a perversa seletividade que caracteriza todo o sistema escolar brasileiro. Mais além, mesmo os que concluem o segundo grau, sem recursos para se preparar a fim de competir no vestibular, acabam optando por instituições de menor procura, cuja seleção é menos competitiva.

De certa maneira, isto conduz a uma reflexão sobre os questionamentos deste trabalho. Uma sociedade mal instruída e mal preparada no âmbito da educação, com mínimas chances de concluir um bom curso superior com enfoque acadêmico verdadeiramente universitário, tenderá a se manter num padrão de desenvolvimento deficitário, contribuindo de forma limitada para o desenvolvimento da Nação. A má formação oferece ao indivíduo o diploma, mas não o domínio do conhecimento, o que o leva a não ser competitivo no mercado e na própria sociedade, possivelmente buscando apenas o caminho da sobrevivência e não da participação ou contribuição. Pode haver uma acomodação, em que a formação passa a representar apenas um certificado, e o indivíduo vai “tocando” a vida naquela profissão ou atividade que já exercia, sem maior envolvimento político e social que, nesta ótica, não valeria a pena, pois afinal, tendo que sustentar uma família não há tempo e disposição para outros afazeres. Por outro lado, também seria melhor deixar a cargo do governo a resolução desses problemas maiores afinal, ele foi eleito para isso.

A resposta para tal dilema está na garantia de um ensino de primeiro e segundo graus de qualidade, assim como em condições de vida minimamente adequadas, para que os filhos de qualquer brasileiro possam um dia competir em

igualdade de condições com os filhos dos ricos pelas vagas em uma Universidade. Sem a redução das desigualdades fragiliza-se a democracia, pois, poderão sempre os fracos ser explorados pelos fortes, cabendo ao Estado, com sua maior responsabilidade política, promover a redução de tais desigualdades, e controlar a possível dominação e exploração que caracterizam hoje as nações desenvolvidas.

As lideranças da Universidade pública brasileira lutam para mantê-la gratuita e torná-la competente e socialmente comprometida com os problemas e interesses da maioria da população e, cada vez menos com a reprodução da hegemonia das classes dominantes, como tem ocorrido historicamente. Para tais lideranças, a ruptura das amarras que prendem a Universidade a um passado de tradição conservadora da dependência, e que cerceiam a realização plena de seu potencial, depende ainda da luta contra a política de privatização que, nos últimos anos tem motivado várias investidas por parte de alguns segmentos do Governo, alegando a redução dos recursos orçamentários e a luta pela garantia efetiva da sua autonomia.

Outra questão fundamental para a consolidação da Universidade relaciona-se ao modelo organizacional vigente, baseado numa abordagem tradicional da administração que, com todas as suas contradições, serve de sustentáculo ao sistema empresarial dominante, pela sua melhor operacionalização e aplicação prática. Esta concepção organizacional está enraizada no positivismo e no organicismo evolucionista desenvolvidos nos últimos séculos e encontra no funcionalismo sociológico, vinculado à tão destacada Teoria dos Sistemas, e sua principal influência.

A caracterização da abordagem da administração científica desenvolvida no trabalho de Silva Jr. (1999, p.29) acentua o que se insere no âmbito acadêmico, desvirtuando o principal objetivo da educação superior com um foco nos seus reais interesses na evolução da exploração do potencial dos recursos humanos em benefício da acumulação capitalista.

Sob essa ótica, desenvolve-se o modelo organizacional atendendo aos interesses empresariais e propiciando o acúmulo de riquezas. No entanto, tal modelo é incompatível com o caráter da instituição universitária, que se fundamenta na capacitação do indivíduo por meio do desenvolvimento científico e pedagógico.

O modelo atual, fruto da evolução contextualizada no decorrer deste capítulo, configura a seguinte perspectiva:

Aos filhos do operário se oferece uma escola primário-profissional de segunda categoria, pois a grande indústria não pode prescindir de um exército de trabalhadores, com a instrução minimamente necessária para engrossar as fileiras de mão de obra disponível para a seleção e consumo no processo de produção e, assim, garantir a reprodução do sistema capitalista.

Por outro lado, para os filhos de famílias mais abastadas, existe uma escola superior, livre da problemática do trabalho, que lhes permite ocupar os melhores postos no governo, na política e no sistema de produção. No Brasil, observa-se que uma política educacional imposta à Universidade - que busca a formação de mão de obra, na ótica do desenvolvimento econômico e sob uma orientação fortemente tecnicista - implicou na fragmentação, compartimentalização, burocratização e “aligeiramento” do ensino, contribuindo ainda mais para a desarticulação do sistema e exacerbação da crítica à qualidade do ensino. É neste cenário, em que visualiza-se o papel do curso superior e sua contribuição para a formação no terceiro grau, que serão discutidos especificamente o curso de Administração e os resultados obtidos nesta modalidade de formação superior.

2.2 O Curso de Administração e a Formação Profissional

Para discutir o curso de Administração de Empresas da Uniso, faz-se necessário antes visualizar a importância da Administração no contexto organizacional, culminando com a necessidade de profissionais qualificados para a gestão organizacional, preparados de maneira adequada, por meio de uma formação sistêmica e direcionada, que permita uma atuação com conhecimento e habilidade.

Ao longo da história, o ser humano sempre inventou maneiras de melhor utilizar seus esforços para assim conseguir melhores resultados de suas ações. Dentre todas as criações do ser humano, por necessidade de sobrevivência, perpetuação e desenvolvimento, se estruturaram as organizações, tanto no contexto

social e político, como no empresarial, incluindo as mais variadas espécies, a fim de atender às exigências humanas.

A partir do momento em que deixou de viver isoladamente e passou a conviver em grupos ou tribos no início da sua história, até mesmo para se proteger dos perigos inerentes à natureza, o ser humano começou a perceber a necessidade de se organizar, estabelecer regras e definir direitos e deveres na comunidade, bem como de criar comando ou governo para que o sistema funcionasse de maneira harmônica e, em princípio, satisfizesse a todos os membros da comunidade. Neste momento surgem os primeiros indícios da relação *organização/administração*.

No transcorrer da história, as organizações transformaram-se, evoluíram, passando a fazer parte do cotidiano do ser humano que, convivendo em sociedade, vive imerso em inúmeras organizações, tais como a família, escola, empresa, igreja, governo, entre outras. Por uma necessidade de sobrevivência, mediante ocupação produtiva e útil para a própria sociedade, a organização empresarial é a que mais consome o tempo dos indivíduos, que passam grande parte de suas vidas envolvidos nesse sistema, construindo, transformando, gerenciando, enfim, produzindo.

Nesse contexto, as organizações empresariais, assim como a sua administração, envolvem enorme complexidade e diversidade, embora constituam aspectos recentes na história da humanidade. As organizações empresariais passaram a ter suas feições atuais apenas a partir da Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século XVIII e somente após início do século XX, é que a *Administração* começou a receber atenção e estudos mais sistemáticos de alguns pioneiros, que gradativa e lentamente, tatearam, mapearam e ampliaram o complexo terreno das organizações e desenvolveram teorias a respeito de sua adequada administração.

Para tratar de tais questões, parte-se aqui da origem ou do conceito da administração. “A palavra *Administração* tem origem no latim (*ad*, direção para, tendência, *mister*, comparativo de inferioridade; e sufixo *ter*, subordinação ou obediência, isto é, aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem, aquele que presta um serviço a outro) e significa subordinação e serviço” (CHIAVENATO, 1994, p.3). Em sua origem, a palavra *administração* significa,

portanto, a função que se desenvolve sob o comando de outro, um serviço que se presta a outro.

Em outras palavras, a tarefa da *administração* é interpretar os objetivos propostos pela empresa e transformá-los em ação empresarial, por meio de *planejamento, organização, direção e controle* dos esforços realizados em todas as áreas e todos os níveis da empresa, a fim de atingir tais objetivos. O conceito da *administração* sofreu formidável aprimoramento e ampliação em seu significado e o *administrador*, ocupando uma posição na organização, seja de diretoria da empresa, gerência de departamento, chefia ou ainda supervisão de seção, ganhou um papel de destaque, passando a ser uma figura indispensável para equacionar os problemas e direcionar a organização aos seus objetivos.

Uma maneira de se mostrar o desenvolvimento do significado da administração é percorrer rapidamente a sua trajetória e acompanhar, em rápidas pinceladas, os passos gradativos da história das empresas e da teoria da administração, tal como realizado por Idalberto Chiavenato:

A Teoria Geral da Administração surgiu com a “ênfase nas tarefas”, a partir da *Escola da Administração Científica de Taylor*, dentro de uma abordagem de sistema fechado, preocupada exclusivamente com o nível operacional da empresa. Quase simultaneamente foi enriquecida com a “ênfase na estrutura” decorrente da abordagem anatômica de Fayol (*Teoria Clássica*), com a *abordagem burocrática* de Weber (*Teoria da Burocracia*) e com a *abordagem estruturalista* (*Teoria Estruturalista*), mais recentemente. A *reação humanística* surgiu com a *Escola das Relações Humanas*, centrada na “ênfase nas pessoas”, no que também foi seguida pela *Escola do Comportamento Organizacional* e pelo movimento do *Desenvolvimento Organizacional* (D.O.), ambos realçando as características eminentemente humanas e democráticas das organizações bem sucedidas. A partir da *Teoria dos Sistemas*, surgiu a “ênfase no ambiente”, cujo apogeu ocorreu com a *Teoria da Contingência*. Esta trouxe também a “ênfase na tecnologia”. Atualmente a *Teoria da Administração* considera simultaneamente estas cinco variáveis reunidas: *tarefa, estrutura, pessoas, tecnologia e ambiente*. São variáveis interdependentes e interagentes. As perspectivas futuras da *Administração* são realmente promissoras, embora nem um pouco tranquilas. A “era da incerteza”, cheia de mudanças e transformações, de turbulência e instabilidade, que atravessamos está impondo novos e crescentes desafios para a *Administração* (CHIAVENATO, 1994, p.38-39).

A Administração consiste no processo que procura assegurar a eficiência e eficácia das organizações e é, como assinalou Fayol, importante em qualquer escala de utilização de recursos para realizar objetivos, seja esta individual, familiar, grupal, organizacional ou social.

Embora o processo administrativo seja relevante em qualquer contexto de utilização de recursos, a razão principal para estudá-lo é seu impacto sobre o desempenho das organizações, que assumiram importância sem precedentes na sociedade e na vida das pessoas. Há poucos aspectos da vida contemporânea que não sejam influenciados por alguma espécie de organização. A sociedade moderna é uma sociedade organizacional, em contraste com as sociedades comunitárias do passado.

De acordo com Gibson, o principal motivo para a existência das organizações é o fato de que certos objetivos só podem ser alcançados por meio da ação coordenada de grupos de pessoas (GIBSON, 1976, p.4-5). Com base na visão deste autor, pode-se concluir que, na sociedade organizacional, muitos produtos e serviços essenciais para a sobrevivência somente se tornam disponíveis quando há organizações empenhadas em realizá-los.

A relevância das organizações bem administradas pode ser percebida pelo seu impacto sobre a qualidade de vida da sociedade, tanto no que se refere a empresas públicas quanto às da iniciativa privada. Sendo assim, a predominância das organizações, bem como a necessidade de *administradores competentes*, justificam e fundamentam o desenvolvimento e o estudo da Administração na formação profissional superior, de forma a qualificar pessoas, tornando-as competentes e hábeis no trato da *administração organizacional*.

A tarefa administrativa, nas próximas décadas, deverá ser atingida por mudanças e transformações carregadas de ambigüidade e incertezas. O administrador se defrontará com problemas cada vez mais complexos e sua atenção será disputada por situações internas e externas à empresa, que lhe proporcionarão informações contraditórias, tornando mais complexos o seu diagnóstico e visão dos problemas a resolver ou das situações a enfrentar. Incluem-se aqui as exigências da sociedade, dos clientes, dos fornecedores; os desafios dos concorrentes; as expectativas da alta administração, dos subordinados, dos acionistas, entre outros.

Porém, segundo Chiavenato, todas essas exigências, desafios e expectativas sofrem profundas mudanças, que ultrapassam a capacidade que o administrador tem de acompanhá-las de perto e compreendê-las adequadamente.

Ainda, conforme o autor, “essas mudanças tendem a aumentar, em face da inclusão de outras novas variáveis, na medida que o processo se desenvolve, criando uma turbulência que perturba e complica a tarefa administrativa de *planejar, organizar, dirigir e controlar* uma empresa eficiente e eficaz” (CHIAVENATO, 1994, p. 33).

Todos esses desafios, pressões e ameaças que recaem sobre as organizações empresariais precisam ser enfrentados, e a principal arma para que as empresas se defendam consiste em *administradores inteligentes e bem preparados* que saibam adequar e ajustar as principais variáveis, incluindo as tarefas, tecnologia, estrutura organizacional, pessoas e o ambiente externo.

Peter Drucker ressalta que estamos em uma era de *descontinuidade*, as mudanças são tão grandes e rápidas que se torna difícil ver a relação de causa e efeito entre elas. Daí a descontinuidade por ele registrada em quatro principais áreas:

1-Estão surgindo tecnologias genuinamente novas e não serão desdobramentos das atuais que criarão novas indústrias importantes e novos tipos de grandes empresas e que tornarão, ao mesmo tempo, obsoletas as grandes indústrias e os empreendimentos hoje existentes.

2-Estamos diante de grandes mudanças na economia mundial: o mundo se tornou um enorme ambiente, um mercado único, um centro de compras global. A economia internacional tornou-se uma economia mundial.

3-Os aspectos políticos da vida social e econômica se modificam rapidamente: a sociedade e a nação de hoje são pluralistas. Cada tarefa importante é confiada a uma grande instituição organizada para durar para sempre e dirigida por administradores. Esta nova sociedade pluralista, constituída por uma infinidade de instituições, traz desafios políticos, filosóficos e espirituais que ultrapassam a compreensão das pessoas.

4-Porém, a mais importante das mudanças é a que está ocorrendo com o conhecimento. O conhecimento tornou-se o capital principal, o centro de custo e o recurso crucial da economia. Os homens detentores do poder passaram a ser os homens de conhecimento e não os que possuem a experiência conquistada em longos anos de vivência (DRUCKER, 1974, p.127-129).

Neste cenário, Drucker reforça a idéia que cada vez mais o profissional na área da Administração tem que estar altamente preparado para fazer frente aos desafios das mudanças em grande velocidade, exigindo uma preparação adequada no âmbito do conhecimento, para que nas tomadas de decisões haja equilíbrio, bom senso e possibilidade de sucesso nos resultados organizacionais.

O economista John K. Galbraith enfatiza também as alterações ambientais e visualiza na Primeira Guerra Mundial as grandes mudanças de nossa época, à qual refere-se como a *era da incerteza*.

Assim teve início a era da incerteza. Sua índole provinha basicamente de novos alinhamentos sociais, a nova coalizão governante que ora surgia. Um caso de destaque foi o dinheiro. Nos anos que antecederam a 1914, o dinheiro fora uma das grandes certezas da vida. Ele era bom e eterno. Depois de 1914, nunca mais foi o mesmo. Foi a Primeira Guerra Mundial que mostrou que a nova estabilidade do dinheiro não passava de uma ilusão. Juntamente com os velhos sistemas políticos, a estabilidade monetária também desabou. Haveria uma *incerteza* maior do que antes sobre a maneira de ganhar dinheiro. E haveria novamente incerteza quanto ao que ele poderia comprar (GALBRAITH, 1979, p.157-160).

Pela abordagem do autor conclui-se que as mudanças e incerteza já se apresentavam no início do século e, comparando-a com o pensamento de Drucker, os indicadores apontam para uma crescente velocidade no desenvolvimento de tais fenômenos.

Kast e Rosenzweig apresentam uma perspectiva análoga, ao apontar como tendência para o futuro, empresas dinâmicas e flexíveis, sobre as quais muitos fatores influirão incisivamente:

- 1-As empresas viverão em um ambiente turbulento, que delas exigirá alterações e ajustamentos contínuos.
- 2-As empresas continuarão a ampliar suas fronteiras e seus domínios. Elas deverão crescer em tamanho e complexidade.
- 3-As empresas continuarão a diferenciar suas atividades, criando maiores problemas de integração e de coordenação.
- 4-As empresas continuarão a encontrar grandes problemas no acúmulo e na utilização do conhecimento. Ganharão realce as atividades intelectuais, em detrimento das atividades rotineiras.

5-Maior destaque será dado às sugestões e à persuasão, e não à coerção baseada no exercício da autoridade, como meio de coordenação do trabalho dos seus membros e de coordenação das funções do interior da empresa.

6-Será maior a influência dos membros das empresas, em todos os seus níveis. Futuramente, as empresas adotarão um modelo de equalização do poder, e não da sua diferenciação, reduzindo as diferenças impostas pela hierarquia da autoridade.

7-Os problemas interfaciais que deverão surgir entre as empresas serão maiores. Surgirão novos meios que permitirão uma eficiente coordenação interorganizacional (com fornecedores de recursos e serviços, com concorrentes, com agências reguladoras, etc.).

8-Os sistemas computacionais de informação/decisão exercerão uma influência cada vez maior sobre as empresas.

9-As metas das empresas serão ampliadas. Dar-se-á maior ênfase à satisfação de uma série conjunta de objetivos do que a maximização de qualquer um deles tomado isoladamente.

10-Será difícil avaliar o desempenho da empresa. Serão criadas numerosas técnicas administrativas novas, para avaliação do desempenho em todas as esferas da atividade da empresa (KAST; ROSENZWEIG, 1976, p.675).

A análise do exposto pelos autores citados confirma a existência de um ambiente instável, dinâmico e competitivo, o que se coaduna com a perspectiva do autor deste trabalho, segundo a qual a adaptação das organizações a estas características ambientais é fundamental para que se mantenham vivas no contexto empresarial.

Neste cenário, confirma-se a relevância da formação de administradores hábeis e inteligentes, que possam conduzir as organizações a atingir seus objetivos. A afinidade entre o projeto acadêmico e a vida profissional mostra-se, também, fundamental para a consolidação destas premissas. A real ocorrência desta afinidade, assim como o seu nível, é o que se pretende buscar no encadeamento deste trabalho, ou ao menos propiciar indicadores que possam auxiliar a análise de tais questões.

2.3 A Trajetória do Curso de Administração no Brasil

A discussão sobre o papel do curso de administração na formação superior deve preferencialmente ser desencadeada no âmbito de uma amplitude maior, a própria educação superior e sua evolução, tratadas na primeira parte deste capítulo.

Tal perspectiva é apoiada por Covre, quando defende que “A implantação e evolução dos cursos de administração se apresentam como uma faceta do desenvolvimento e da ideologia neocapitalista, ou seja, do espírito ‘modernizante’” (COVRE, 1991, p.59). De acordo com o raciocínio desta autora, é na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira que se devem buscar as condições e motivações para a criação e o desenvolvimento destes cursos. Sobre essa abordagem, Covre observa:

As condições e motivações, no seu sentido amplo, estão relacionadas ao caráter de *especialização e complexidade* pelo qual enveredam os processos de desenvolvimento dos países latino-americanos e, como tal, o Brasil, resultante da tomada de *consciência do subdesenvolvimento* (em que desenvolver-se significa industrializar-se), e o concomitante espraiar do Capitalismo Monopolista para os países periféricos. A complexidade do processo de desenvolvimento está relacionada ao uso crescente da técnica, seja ela maquinaria ou organizatória, o que torna imprescindível a necessidade de um contingente cada vez maior de profissionais especializados para as diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais, e para as atividades do planejamento estatal (COVRE, 1991, p.60)

Sob esta ótica, podemos dizer que, no processo de desenvolvimento brasileiro, intensificado a partir da década de 60, tal como já descrito neste capítulo, destaca-se o surto do ensino superior no país, com o ensino de administração inserido nesse contexto.

Esta relação se estabelece no sentido de que o desenvolvimento se baseia em empresas de grande porte, e estas, por sua vez, são as que estão mais equipadas com tecnologia complexa, exigindo um crescente grau de burocratização, necessitando de *mão de obra de ensino superior* para lidar com esta tecnologia. A este respeito, Covre questiona:

[...] porque é que especificamente somente após 1968, esta relação entre desenvolvimento econômico e ensino superior assume esta forma? Que características apresenta o processo de desenvolvimento deste período que a permite? Cremos que esta relação é fruto de um processo anterior. Devemos buscar suas raízes que são as do próprio espírito neocapitalista entre nós. A revolução de 1930 marca-lhe o início, seu desenvolvimento se realiza de forma embrionária nos governos de Vargas, prossegue

em curso ascendente, destacando-se no governo J. Kubitschek, quando a tecnologia desenvolvimentista começa a tomar corpo, cristalizando-se mais após 64 (COVRE, 1991, p.61).

O processo desenvolvimentista, que vai tomando forma, demonstra a necessidade de abandonar as práticas empíricas na vida das empresas, em prol de modernos métodos de administração. Percebe-se então um ponto de convergência entre a força do desenvolvimento e a consolidação do ensino superior com qualidade, destacando-se aqui o de *Administração*. “O Brasil, embora tardiamente, no contexto da criação do curso de Administração não foi diferente das demais nações do mundo, exceção feita aos Estados Unidos da América, onde o ensino começou” (SILVA, 1971, p.11).

O parecer da CFE nº 433/93, instrumento para aprovação do atual currículo mínimo do curso de graduação em Administração (aprovado em 05/08/93), na parte correspondente à justificativa, enfatiza que “*o ensino de Administração no Brasil teve seus primórdios na década de 30, tendo como embrião o Instituto de Organização Racional do Trabalho, mais conhecido pela sigla IDORT, fundado em 23 de Junho de 1931, por iniciativa de Armando Sales de Oliveira, assistido tecnicamente pelo Prof. Roberto Mange*”. O mesmo relatório informa que “*o governo, sob a inspiração de Luiz Simões Lopes, criou em 1938 o Departamento do Serviço Público (DASP), verdadeiro alicerce da administração no Brasil*”, passados alguns anos (1944), “*ainda sob a orientação de Luiz Simões Lopez, era criada a Fundação Getúlio Vargas, cuja influência chega até os dias de hoje por meio de suas criações: A Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP, rio de Janeiro) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)*”².

Portanto, foi durante o governo de Getúlio Vargas que se iniciou o processo de implantação dos cursos de Administração no Brasil. Um dos fatores que geraram a necessidade de tais cursos foi o processo de desenvolvimento e implantação da indústria nacional.

O processo de industrialização está diretamente ligado aos confrontos políticos existentes, entre os constitucionalistas liberais e os nacionalistas

² Documenta nº 391, Brasília, agosto 1993, p. 289-290.

autocráticos, cujo movimento político culminou com o golpe de 1937. “A crise econômica e política que assolava o país, após o golpe de estado de 1937, através do qual surgiu o chamado “Estado Novo”, acelerou o processo da industrialização de base no país ou industrialização nacionalista, como ficou conhecida” (CUNHA,1986, p. 225-226). Em relação a este processo, Cunha observa:

O Estado Novo assumiu as idéias que Roberto Simonsen, famoso líder industrial paulista, vinha defendendo a alguns anos. Dizia ele que diante do valor declinante das exportações de mercadorias brasileiras e da ascensão das estrangeiras, não restava outra solução além da substituição dos produtos importados, sob o patrocínio do Estado. Por outro lado o papel decisivo representado pelos militares no golpe de 1937 permitiu-lhes exercer pressão no sentido da montagem, no país, de indústrias de aço, petróleo e carvão. Eram indústrias indispensáveis à produção de material bélico e à autonomia de operações militares, ao mesmo tempo em que serviam de produção de insumos para as manufaturas civis (CUNHA, 1986, p.227).

A formação do administrador no Brasil começa a tomar forma a partir da década de 40, quando se acentua a necessidade de mão de obra qualificada e conseqüentemente, a profissionalização do ensino de administração.

A formação de pessoal especializado para analisar e planificar as mudanças econômicas que estavam ocorrendo, assim como incentivar a criação de centros de investigação vinculados à análise de temas econômicos e administrativos, era uma exigência da industrialização” (MARTINS, 1989, p.663).

No entanto, vários acontecimentos foram necessários para que a administração atingisse tal “status”, ganhasse importância e passasse a ser tratada como atividade profissional e campo de ensino, pesquisa e extensão.

“Ao ser concluído o segundo mandato de Vargas (1950-1954), a Administração já era escola de nível superior, com grande visibilidade entre as “faculdades”, tendo, no entanto, um traço distinto que a diferenciava: *o ensino não era regulamentado*” (CARVALHO, 1985, p.19).

Duas instituições destacam-se, pelas características de sua implantação e objetivos, como pioneiras para a viabilização do curso de Administração, embora somente uma tenha sido reconhecida como tal. Seguindo sua trajetória e vocação, cada uma obteve a sua regulamentação, em momentos diferentes, mas com objetivos comuns.

Em primeiro lugar temos a ESAN (Escola Superior de Administração e Negócios), um dos exemplos que da falta de regulamentação das escolas superiores da época.

Criada pelo padre jesuíta Roberto Sabóia de Medeiros, no final de 1940, a ESAN iniciou o seu funcionamento em março de 1941. Conforme argumentos de Souza (1980), trata-se do primeiro curso de Administração de Empresas criado no Brasil, mas, devido à sua tardia regulamentação e reconhecimento, não é tido como tal:

...a Escola Superior de Administração e Negócios “Pandiá Calógeras” (ESAN) foi a primogênita. Estava o Padre Sabóia (como era conhecido) à testa de um poderoso movimento social, por ele mesmo denominado, “ação social”, médica e educacional às classes necessitadas e desprovidas de recursos e sem atendimento dos poderes públicos. A contingência de buscar auxílio financeiro junto à classe empresarial paulista propiciou-lhe a oportunidade de despertar seu interesse pela formação profissional do quadro de dirigentes da indústria e do comércio (SOUZA, 1980, p.107).

Dessa forma, com a finalidade de suprir a falta de tais profissionais que atendessem às necessidades da indústria e comércio, o padre Sabóia tomou a iniciativa de montar um curso de Administração. Tratava-se então de um curso inédito no Brasil e, conforme relata Calado:

Como não havia nenhuma fonte histórica na qual ele pudesse ser assemelhado ou fundamentado, o jesuíta foi buscar um modelo internacional, a “Graduate School of Business Administration”, da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, considerada o melhor centro universitário do mundo na época (CALADO, 1985, p.13).

O curso da ESAN tinha inicialmente a duração de dois anos, e os estudantes contavam com a opção de fazer o terceiro ano em caráter de especialização nas grandes áreas funcionais da empresa (produção, marketing, finanças e recursos humanos).

Apenas 17 anos depois, em outubro de 1959, o padre José Gomes Bueno solicitou junto ao Ministério da Educação e Cultura o reconhecimento do curso de Administração e Negócios, como de utilidade pública. Conforme relatado por Souza:

O seu pedido teve um parecer favorável pela entidade, e foi concretizada a aprovação em 04 de Abril de 1960, pelo Parecer nº 141/60 da Comissão de Ensino Superior, que concedia a ESAN o título de utilidade pública solicitado, e ao mesmo tempo colocado em andamento o processo sob os trâmites legais, visando ao reconhecimento oficial da faculdade. Finalmente, em 28 de Janeiro de 1961, o então Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, assinava o Decreto nº 50.164, que tornava a ESAN a primeira Escola de Administração de Empresas do país a ser reconhecida e oficializada pelos poderes públicos. Este decreto reconheceu também a validade dos diplomas dos alunos formados a partir de 1941, desde que esses alunos tivessem ou viessem a ter um curso secundário completo na sua formação (SOUZA, 1980, p.108).

Outra instituição que exemplifica a questão da não regulamentação, porém considerada como pioneira na fundação dos cursos de Administração, é a EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo), pertencente à Fundação Getúlio Vargas. A justificativa para tal fato talvez seja que a EAESP sempre ocupou uma posição de mais destaque do que a ESAN no cenário da educação superior brasileira e, também, porque passaram pelo seu quadro diretivo vários políticos da alta esfera governamental.

O processo que dá início à criação da Fundação Getúlio Vargas ocorre num contexto desfavorável do governo Vargas, quando este, em meados de 1944, começa a entrar em declínio, assim como algumas entidades que foram criadas ou que tiveram alguma relação com o seu governo. O presidente do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), Luiz Simões Lopez, prestava serviço de assessoramento ao governo, com o intuito de preparar a máquina administrativa do Poder Público. Pressentindo o declínio de Vargas, resolveu

acelerar a implantação dos projetos que estavam em andamento, tal como descreve Carvalho:

[...] foi então através de um ofício que ele Simões Lopez, enviara ao Presidente Vargas, que resultou em dois decretos-lei: Decreto-lei nº 6.693 (14.07.44), o Presidente autorizava Simões Lopez, como Presidente do DASP, a promover a criação de uma entidade que se proponha ao estudo e a divulgação da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos...etc, estudar a forma jurídica e preparar estatutos, sendo o Presidente do DASP o representante do Governo Federal nos atos de instituição da entidade. O Decreto-lei nº 6.694 (14.07.44), determinava que o Governo Federal contribuiria para manutenção da entidade com a quantia não inferior a 50% da arrecadação da Taxa de Educação e Saúde. No dia 20 de Dezembro de 1944, foi oficialmente instalada a criação da Fundação Getúlio Vargas, tendo como Presidente Luiz Simões Lopez (CARVALHO, 1985, p.20).

As atividades da EAESP tiveram início em 1954, com um curso intensivo de administração para executivos. Somente um ano mais tarde foi instituído o curso de graduação em Administração.

Sua consolidação ocorreu, pela forma como a Fundação articulou a busca de apoio interno dentro do país, e também externo, buscando auxílio financeiro e técnico nos Estados Unidos, por meio de um convênio com a Agência para Desenvolvimento Internacional (USAID).

Esse acordo determinava que a Universidade Estadual de Michigan enviaria especialistas em Administração de Empresas para a EAESP, assim como jovens brasileiros receberiam bolsas para pós-graduação nos Estados Unidos. Os profissionais atuaram na escola até 1965 (ANGRAD, 1992, p.4-5).

Ainda nas principais referências entre os cursos de administração, destaca-se o da FEA (Faculdade de Economia e Administração), pertencente ao Instituto de Administração da USP (Universidade de São Paulo). Criada em 1946, a FEA possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, durante os seus primeiros dezoito anos de funcionamento. O curso de Administração foi implantado somente em 1963, quando a FEA passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e Administração Pública. Segundo Martins,

Logo após sua instalação, estabeleceu através de seus professores um contato com a Federação das Indústrias e com a Associação Comercial do Estado e com a iniciativa privada local prestando serviço de assessoramento (MARTINS, 1989, p.669).

O crescimento do curso de Administração da FEA está relacionado com a política de transformações imposta pelo novo plano econômico governamental, pós-revolução de 64. O estilo de desenvolvimento adotado incentivou a participação de grandes empresas multinacionais e estatais, possibilitando ganhos significativos para a economia do país.

A expansão das grandes empresas estatais e estrangeiras caracterizou-se pelo uso de novas técnicas, procedimentos organizacionais e administrativos nos meios de produção. Isto requeria profissionais com visão mais genérica para executar diversas funções internas da organização. “Tal expansão proporcionou uma demanda na busca de profissionais habilitados como nunca visto até então no Brasil” (MARTINS, 1989, p.669).

Essas mudanças passaram a exigir, não só das indústrias mas também do governo, a adaptação dos aparelhos administrativos, em virtude da concentração de recursos financeiros originados nos órgãos por ele administrados e que necessitavam de equipamentos e pessoal que contemplassem essa nova realidade.

Em face dessas transformações contextualizadas de ordem econômica, tecnológica e social acentuar-se-iam as tendências à profissionalização e o papel a ser desempenhado pelas escolas para atender tais necessidades. [...] O desenvolvimento econômico foi um fator decisivo para aumentar o número de cursos de Administração, criados principalmente em faculdades isoladas, atendendo a uma demanda de estudantes que buscavam um melhor posicionamento para início ou ascensão na carreira profissional (ORTOLAN, 1999, p.57-58).

Vemos aqui que, ainda que tardiamente, não somente no que se refere à implantação do curso superior de administração, mas à própria implantação da Universidade no contexto histórico do Brasil, o poder público ao longo do tempo não pôde prescindir de sua concretização, face às transformações e mudanças ocorridas no último século.

Era necessário adaptar-se à nova realidade, adequar-se ao novo contexto, entender as exigências do mercado e da sociedade e desenvolver instrumentos que, à luz do conhecimento universal e acadêmico, contribuíssem para a modernização dos sistemas operacionais existentes, permitindo melhorar os resultados e não limitar-se à retaguarda dos acontecimentos e da evolução contemporânea.

Esta evolução exigiu mudanças organizacionais e uma aprendizagem nova na maneira de administrá-las, pois a integração na área tecnológica com os meios de comunicação, como o telefone, o computador e a *internet* transformaram o mundo numa aldeia globalizada e as informações passaram a cruzar o planeta em fração de segundos, dando espaço para que a tecnologia e a economia fossem também globalizadas. A competição e a concorrência entre as organizações tornaram-se intensas, complexas e acirradas.

Em face dessas transformações de ordem econômica, tecnológica e social acentuam-se as tendências à profissionalização e destaca-se o papel a ser desempenhado pelas escolas para atender tais necessidades. Segundo Martins,

a evolução dos cursos de administração, no final dos anos sessenta, não está mais vinculada às grandes Universidades, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira e esta expansão, também está relacionada com as transformações ocorridas no plano econômico (MARTINS, 1989, p. 667).

A conjuntura econômica, política e social mudava e o surgimento da indústria de base, de empresas de grande porte e da produção em larga escala, fez com que se voltassem as atenções para o curso de formação superior, não só para a Administração Pública, mas agora também para as empresas privadas em geral. Desta forma, a regulamentação da profissão e da formação do administrador foram motivadas pelas transformações econômicas que acentuaram a profissionalização do administrador.

A legalização da atividade do administrador ocorreu na metade da década de sessenta, “pela lei n.º 4769 de 09/09/1965, e sua posterior regulamentação pelo decreto n.º 61.934 de 22/12/1967, em cujo artigo 3º afirma-se que o exercício da profissão Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em administração

Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da lei n.º 4.024 de 20/12/1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil”³.

Após um ano de regulamentação da profissão, por intermédio do parecer n.º 307/66, aprovado em 08/07/1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de administração. Vale ressaltar que determinar o currículo mínimo significa que, no Brasil, optou-se pela flexibilização do currículo, complementado por disciplinas de acordo com a regionalidade ou mesmo as características diferentes que o curso poderia ter em função da área de atuação.

De acordo com o “Parecer n.º 307/66, C.E.Su, redação final aprovada em 08 de Julho de 1966, tendo em vista a Lei n.º 4.769, de 09 de Setembro de 1965, que regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Administração, cabe a este Conselho, nos termos do artigo 9.º, letra e, da Lei de Diretrizes e Bases, fixar os mínimos de conteúdo e duração do curso de administração”⁴. Resolve:

Art. 1.º - O currículo mínimo do curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração, será constituído das seguintes matérias:

- Matemática
- Estatística
- Contabilidade
- Teoria Econômica
- Economia Brasileira
- Psicologia (aplicada à Administração)
- Sociologia (aplicada à Administração)
- Instituições de Direito Público e de Direito Privado (incluindo noções de ética da Administração)
- Legislação Social
- Legislação Tributária
- Teoria Geral da Administração
- Administração Financeira e Orçamento
- Administração de Pessoal
- Administração de Material

A esse elenco de matérias se incorporará obrigatoriamente o Direito Administrativo, ou a Administração de Produção e a Administração de Vendas, segundo a opção do aluno.

³ Documenta n.º 79, Conselho Federal de Educação (1967, p.120).

⁴ Documenta n.º 56, Conselho Federal de Educação (1966, p.60-70).

Art. 2.º - Para obterem o diploma, os alunos do curso de Administração serão obrigados a realizar um estágio supervisionado de até 06 meses, junto a órgão do serviço público ou a empresa privada, segundo a sua opção, respeitando o disposto no art. 2.º, parágrafo único, letra c, da Portaria Ministerial n.º 159/65.

Art. 3.º - O curso de Administração será ministrado no tempo útil de 2.700 horas/aulas, fixando-se para sua integralização anual o seguinte quadro de referência:

Limite mínimo – 338 horas/aula;

Termo médio – 675 horas/aula;

Limite máximo – 772 horas/aula;

Para efeito do enquadramento do diplomado no serviço público federal, a duração fixada neste artigo corresponde a quatro anos letivos”⁵.

A flexibilização permitida no currículo mínimo aprovado está limitada em 338 horas/aula (mínima) a 772 horas/aula (máxima) em quatro anos de duração do curso. Isto implica que a IES deverá oferecer 14 disciplinas obrigatórias e mais 2 opcionais indicadas pelos alunos. A partir daí a instituição terá total liberdade de acrescentar as disciplinas que julgar necessárias para a adequação do curso às características regionais.

Depois de regulamentada a profissão e a formação do administrador no Brasil, uma nova luta começa a ser desenvolvida pelos administradores, no sentido de mudar o nome de Técnico em Administração para Administrador Profissional.

Um documento elaborado por Guilherme Quintanilha de Almeida, presidente do CFTA (Conselho Federal de Técnicos de Administração), e por Nilson Cardoso, presidente do CRA (Conselho Regional de Administração de São Paulo), enviado ao congresso para o então ministro do trabalho Murilo Macedo, tem o seguinte teor:

Embora o reconhecimento da profissão de Técnico em Administração viesse de encontro aos mais lídimos anseios da classe, uma parcela mais atenta da categoria profissional já manifestava, naquele ano de 1965, sua estranheza pelo fato de que a denominação vigente fora escolhida inspirada na existência do cargo de ‘técnico de administração’, indexada pelo DASP, nos quadros do Serviço Público. Por outro lado a expressão ‘técnico’ refere-se sabidamente a profissão de nível médio e outras atividades que independem até da formação escolar, condições essas incompatíveis com o grau de formação dos bacharéis de administração (CFTA, 1983, p.3).

⁵ Documenta n.º 56, Conselho Federal de Educação (1966, p.60-70).

A batalha pela mudança persistiu de 1971 até 1983, com nove projetos encaminhados ao congresso, que foram rejeitados ou tiveram vetada a sua aprovação. A vitória dos administradores deu-se por meio da “Lei n.º 7.321 de 13/06/1985, que alterou a denominação dos Conselhos Regionais e Federal e da profissão de Técnico em Administração para Administrador”⁶.

A preocupação posterior à regulamentação da profissão para administrador era a melhoria da qualidade do curso de Administração. Havia um consenso entre os Conselhos Regionais e Federal quanto à necessidade de somarem esforços para a aprovação de um novo currículo mínimo de administração.

A idéia das instituições era que, antes de tudo, fazia-se indispensável partir da premissa de que qualquer proposta de mudança curricular não implicaria simplesmente na alteração de uma listagem de matérias, disciplinas e carga horária. O novo currículo deveria ser estendido dentro da sua dimensão mais ampla de desempenhos esperados, de relacionamentos desejados com os meios a que serve, suas instituições, organizações, professores, alunos, empresas, devendo sobrepujar até mesmo o pragmatismo da própria escola, envolvendo-se com sua ideologia, missão e filosofia da educação. Neste sentido, Ortolan observa:

O novo currículo deverá indicar uma enérgica mudança de atitude, não atender somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar o seu enfoque de solucionador de problemas, reprodutor de forças produtivas e sociais, devendo constituir-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia, no estabelecimento de uma nova ordem e integração dos conhecimentos. O currículo mínimo deverá ser entendido como um instrumento a serviço da aprendizagem, é um material básico para ser convenientemente trabalhado, na elaboração do currículo pleno de cada instituição, devendo contemplar uma liberdade criadora em torno daquelas matérias, entendidas como fonte exploratória, constitui o princípio mais importante nessa mudança de atitude e implicará ter no currículo um parceiro indicativo e não uma camisa de força limitativa e inibidora, ou seja, uma fonte onde as escolas deverão promover as explorações necessárias, combinando livremente o conteúdo programático, voltado para as características regionais em que estiverem inseridas (ORTOLAN, 1999, p. 63).

⁶ Documenta n.º 295, Conselho Federal de Educação (1985, p.183).

A estratégia adotada para a elaboração do currículo mínimo partiu da realização de seminários regionais para levantamento de dados e propostas para o consenso final.

O Seminário Nacional sobre Reformulação Curricular dos cursos de Administração ocorreu de 28 a 31 de outubro de 1991, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluindo pela apresentação de proposta formal de um currículo mínimo a ser submetido ao juízo e aprovação do Conselho Federal de Educação (ANDRADE, 1994, p. 4).

A aprovação do atual currículo mínimo deu-se pela resolução n.º 2 de 04/10/1993, que fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em administração.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os art. 9.º, letra e, e 70 da Lei de Diretrizes e Bases, e tendo em vista o Parecer CFE n.º 433/93, que a esta se incorpora, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto.

O currículo mínimo do curso de graduação em administração, que habilita ao exercício da profissão de Administrador, será constituído das seguintes matérias:

Disciplinas de Formação Básica Instrumental:

- Economia
- Direito
- Matemática
- Estatística
- Contabilidade
- Filosofia
- Psicologia
- Sociologia
- Informática

Total: 720h/a – 24%

Disciplinas de Formação Profissional:

- Teoria da Administração
- Administração Mercadológica
- Administração de Produção
- Administração de Recursos Humanos
- Administração Financeira e Orçamentária
- Administração de Sistemas de Informação
- Organização, Sistemas e Métodos

Total: 1.020 h/a – 34%

Disciplinas Eletivas Complementares

Total: 960 h/a – 32%

Estágio supervisionado

Total: 300 h/a – 10%

O curso de administração será ministrado no tempo útil de 3.000 horas/aula, fixando-se para sua integralização o mínimo de quatro e o máximo de sete anos letivos ⁷.

O currículo mínimo de 1993, em relação ao currículo de 1966, apresenta como novidade a sua divisão em três grupos de disciplinas, a saber, Formação Básica Instrumental, Formação Profissional e Eletivas Complementares. Incorporam-se ainda quatro disciplinas novas, sendo duas de Formação Básica Instrumental (Filosofia e Informática) e duas de Formação Profissional (Administração de Sistemas de Informação e Organização, Sistemas e Métodos) e exclui-se a disciplina Economia Brasileira que passa a ser denominada de Economia.

Conforme ressalta Ortolan, “a desejada flexibilização almejada pelas pessoas que, de certa forma, estavam envolvidas nesse processo de mudança, foi relativamente frustrante, pois aconteceu, mas em proporções menores do que se esperava, embora houve pequeno avanço” (ORTOLAN, 1999, p.65).

Entender os conceitos formulados pela nova maneira de gerenciar as organizações privadas ou públicas e preparar e capacitar recursos humanos para essa nova realidade era uma premissa básica para o desenvolvimento nacional. Isto só foi possível graças ao empenho visionário de alguns baluartes do conhecimento que se dedicaram à causa da implantação de cursos que trouxessem conhecimentos, ainda que não reconhecidos oficialmente de imediato, mas que contribuiriam para que os caminhos surgissem e se consolidassem ao longo do tempo.

É fundamental que se evidencie, na ação educativa, a convicção de que precisamos educar para o desconhecido. Antes de treinar e adestrar alunos, é indispensável instruí-los de forma que permita a ultrapassagem das fronteiras do já conhecido (ORTOLAN, 1999, p.65).

⁷ Documenta n.º 391, Brasília, agosto (1993: 289-298).

Nesse sentido, o curso de administração deve construir uma base que possibilite aos alunos um processo de auto questionamento e aprendizado, de maneira a torná-los capazes de absorver, processar e se adequar, por si mesmos, as necessidades e as solicitações das organizações do mundo moderno, caracterizando-se por uma orientação permanente de estímulo, despertando a imaginação e a criatividade dos alunos, procurando exercitar o seu raciocínio analítico e crítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão formal e informal.

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO

Neste capítulo, trata-se de forma específica a formação profissional no curso de Administração de Empresas da Universidade de Sorocaba - Uniso, analisando-se até que ponto o desenvolvimento do mesmo se encontra contextualizado na abordagem do capítulo anterior. Discute-se a relação do resultado obtido no desempenho geral do curso com a expectativa da proposta deste trabalho. Aborda-se, ainda que resumidamente, alguns aspectos sobre a instalação do curso, bem como a criação da Uniso, a qual pertence o mesmo.

3.1 Breve histórico do curso de Administração de Empresas Universidade de Sorocaba

Os principais fatos que originaram a criação do curso de Administração de empresas da Uniso remontam ao período de expansão do ensino superior no Brasil, pós-revolução de 1964. No entanto, conforme consta nos documentos da instituição, o desejo da direção na época era que fosse implantado um curso de Ciências Econômicas mas, no momento da conclusão do processo, ao invés de criar um curso de Ciências Econômicas, optou-se por um curso de Administração de Empresas.

O primeiro documento que trata da criação do curso de Ciências Econômicas, conforme era o objetivo da direção da instituição, é a terceira ata da reunião do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, realizada em 26 de junho de 1965. De acordo com tal ata: “O prof. Cônego Aldo Vanucchi deveria apresentar o seu parecer, na reunião seguinte, sobre a criação da faculdade de Ciências Econômicas de Sorocaba, como Instituto Integrado Dom Aguirre”.

A reunião seguinte, a quarta reunião do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, aconteceu em caráter extraordinário, a fim de tratar com exclusividade esse assunto, em “1º de julho de 1965, às nove horas e trinta minutos, na sala da diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e letras de Sorocaba, sob a presidência do Exmo. Sr. Dom José Melhado de Campos, Bispo Coadjuvo da Diocese de Sorocaba

e representante do sr. Presidente do Conselho Superior. Estavam presentes os Conselheiros: Dr. Armando Pannunzio , Cônego Aldo Vanucchi, prof. Dr. João Tortello, prof. Augusto Humberto Vairo Titarelli e secretariado pelo sr. José Carlos de Araújo Neves”.

O relator desta reunião, prof. Aldo Vanucchi, quando teve a palavra, afirmou que a “Faculdade de Ciências Econômicas estava projetada desde 1958 e que agora deveria acontecer de forma urgente e inadiável para atender o desejo e as necessidades de Sorocaba e região e também ao invés de criar uma nova Instituição, a mesma deveria ter toda a cobertura jurídica pela própria Fundação Dom Aguirre, como previa a Lei de Diretrizes e Bases, no seu artigo 85”.

Consta ainda nesta ata, a aprovação pelo plenário para a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, como Instituto da Fundação Dom Aguirre, ficando pendente a solução referente às formalidades, o que incluía alterar todos os itens necessários do Estatuto da Fundação dom Aguirre, legalizando assim a existência das duas Faculdades, com orçamentos e direções distintas, formando cada uma processos independentes e autônomos, com o devido registro das alterações no Ministério Público e solicitação de autorização e funcionamento da nova Faculdade, junto ao Conselho Federal de Educação.

Em 29 de setembro de 1965, a Fundação Dom Aguirre, por intermédio do prof. Arthur Fonseca, solicitou autorização para funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Sorocaba, protocolado no Ministério da Educação e Cultura sob o número 50.929/65.

Sobre os acontecimentos seguintes, o prof. José Carlos Neves relata:

Na reunião do dia 18 de abril de 1966, o prof. Arthur Fonseca expôs aos presentes o trabalho que fora desenvolvido pela comissão, designada pelo Conselho Superior, no sentido de obter do Conselho Federal de Educação a devida aprovação da Faculdade de Ciências Econômicas de Sorocaba. Informou ainda, que estivera na cidade, há pouco tempo, o prof. Dr. Luiz Pedro Baster Pilar, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, designado pela Diretoria de Ensino Superior, para fazer a inspeção prévia e dar o seu parecer no processo de funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas, a fim de que a mesma fosse apreciada pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com as normas gerais vigentes. O Inspetor Verificador ficou bastante satisfeito com o que viu em Sorocaba, achando-a excepcional e em

condições de abrigar uma nova Faculdade. Mostrou-se contudo, favorável a criação de uma Faculdade de Administração de Empresas, que traria maior benefício à cidade e a toda a região, por ser uma modalidade de ensino superior recentemente criada pelo Conselho Federal de Educação e, ainda, por ser um município com grande parque industrial. Posteriormente a Fundação poderia pleitear a Faculdade de Ciências Econômicas (NEVES, 1988, p. 91).

Conforme a ata da quinta reunião extraordinária do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre realizada em 18 de abril de 1966, além dos fatos já mencionados pelo autor acima, o prof. Arthur Fonseca informou que ele próprio já havia consultado um grande número de pessoas a respeito do assunto, as quais concordaram com o inspetor.

A troca da Faculdade de Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas foi colocada em julgamento pelo plenário, sendo aprovada por unanimidade. Decidiu-se também que o prof. Arthur Fonseca deveria proceder a modificações e adaptações necessárias ao processo em trâmite no Ministério da Educação e Cultura.

De acordo com o relato do prof. Neves “Após todos esses acontecimentos a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba iniciou suas atividades em 08/08/1966 com 69 alunos matriculados” (NEVES, 1988, p.91).

A Uniso é definida como uma Universidade pública não estatal, comunitária, filiada à Associação Nacional das Universidades Comunitárias (ABRUC). A sua mantenedora é uma entidade filantrópica, de inspiração cristã, cujo Conselho Superior (CONSU) é constituído por membros da comunidade.

A direção da Uniso está constituída por um Reitor, que supervisiona e coordena todas as atividades da Universidade, auxiliado em suas funções por um Pró-Reitor de Graduação, um Pró-Reitor Administrativo, um Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e um Pró-Reitor Comunitário. A resolução do Conselho Superior n.º 009/96, define como missão da Uniso:

Ser uma Universidade que, através da integração de ensino, pesquisa e extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e região, para serem agentes de mudanças sociais, a luz de princípios cristãos.

A criação e o desenvolvimento do curso de Administração de Empresas da Uniso, não foi diferente de outros cursos particulares implantados no Brasil. Isto é, o curso foi criado num período de expansão universitária que Covre (1980:60) chama de “surto do ensino superior”, iniciado na segunda metade da década de 60, em que a autora afirma que a criação de tais cursos “no seu sentido amplo, estão relacionados ao caráter de especialização e complexidade pelo qual enveredam os processos de desenvolvimento dos países latino-americanos e, como tal, o Brasil”. Tal abordagem é discutida no segundo capítulo deste trabalho. Neste contexto, pode-se inferir que o curso de Administração de Empresas da Uniso vem atendendo a esta demanda de profissionais especializados para a região em que está inserido, região esta fortemente industrial.

O curso desenvolve o relacionamento com o mercado, principalmente por meio do estágio supervisionado e da efetiva realização de pesquisas institucionais buscando prospectar informações sobre as características da região de Sorocaba, como forma de suporte à missão da Uniso. Algumas das pesquisas desenvolvidas na instituição nos últimos anos encontram-se enumeradas no Anexo B.

No que se refere à fundamentação legal, tendo presentes as considerações resultantes dos vários encontros promovidos pela ANGRAD e pelo CFA, chegou-se ao novo currículo mínimo do Curso de Administração. A Resolução n.º 2, de 4 de outubro de 1993, “Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Graduação em Administração”.⁸

A seguir, para proporcionar uma visão mais esclarecedora sobre as condições do curso, seus aspectos pedagógicos e finalidades, transcrevem-se trechos do projeto político- pedagógico que norteia seu funcionamento.

3.2 Projeto Político-Pedagógico do curso de Administração de Empresas

O Curso de Administração com habilitação em Administração de Empresas da Universidade de Sorocaba é concebido a partir da legislação vigente, tanto no âmbito Federal como Institucional.

⁸ Projeto Político-pedagógico do Curso de Administração de Empresas – 17/11/1998 – Readequação em 09/2002.

O simples cumprimento da legislação pertinente ao curso não garante plenamente a boa qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Pensando dessa forma, o Colegiado do Curso, alunos e ex-alunos, de 1995 a 1999, já provocaram três alterações significativas nos componentes curriculares que integram o curso.

A atual matriz curricular foi estudada observando a evolução do aprendizado no sentido vertical e horizontal. Todas as disciplinas estabelecidas integram e seguem formalmente:

1. Os Planos de Componentes Curriculares de Curso, aprovados pelo Colegiado de Curso.
2. Os Planos de Trabalhos desenvolvidos pelos professores.
3. O Estágio Supervisionado ao longo dos oitos períodos letivos do Curso.
4. A integração teoria e prática, com interação das disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico, Métodos e Técnicas de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, com orientação individualizada por professores a partir do quinto período (Relatórios, Pesquisa empírica e Monografia).

Os princípios pedagógicos garantem aos alunos:

1. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
2. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
3. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
4. Garantia de um padrão de qualidade.

O Curso de Administração de Empresas tem por finalidade formar profissionais habilitados com um perfil que atenda, prioritariamente, às necessidades impostas pela evolução tecnológica, bem como aos anseios da sociedade do Município de Sorocaba e região e que também sejam capazes de provocar mudanças sociais por meio de um curso que integrou ensino, pesquisa e extensão.

Tem como objetivo propiciar a formação de profissionais em nível superior, capacitando-os a empreender ou gerir organizações visando o fortalecimento das mesmas e interagindo com o meio social, sempre orientados por princípios éticos, de

forma a promover as transformações necessárias ao desenvolvimento da comunidade.

Tomando como referência a proposta da Comissão de Especialistas de Administração, o Projeto Político-Pedagógico define as principais competências e habilidades, buscando desenvolver no aluno de Administração de Empresas da Uniso:

Competências:

- a) Internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.
- b) Formação humanista e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.
- c) Formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional.
- d) Competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações.
- e) Capacidade de atuar de forma interdisciplinar.
- f) Capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Habilidades:

- a) Comunicação e expressão: deverá ser capaz de estabelecer comunicação interpessoal, de expressar-se corretamente nos documentos técnicos específicos e de interpretar a realidade.
- b) Raciocínio lógico, crítico e analítico: deverá ser capaz de operar com valores, formulações matemáticas, além de estabelecer relações formais causais entre fenômenos. O graduando deverá também ser capaz de expressar-se de modo crítico e criativo frente aos diferentes contextos organizacionais e sociais.

- c) Visão sistêmica e estratégica: deverá demonstrar a compreensão do todo, de modo integrado e sistêmico, bem como suas relações com o ambiente externo.
- d) Criatividade e iniciativa: deverá ser capaz de propor e implementar modelos de gestão, inovar e demonstrar um espírito empreendedor.
- e) Negociação: deverá ser capaz de demonstrar atitudes flexíveis e de adaptação à terceiros e a situações diversas.
- f) Tomada de decisão: deverá ser capaz de ordenar atividades e programas, assumir riscos e decidir entre alternativas.
- g) Liderança: deverá ser capaz de influenciar o comportamento do grupo com empatia e equidade visando interesses interpessoais e institucionais.
- h) Trabalho em equipe: deverá ser capaz de atuar de forma interativa em prol de objetivos comuns e compreender a importância da complementaridade das ações coletivas.

Perfil profissiográfico

Sólida fundamentação teórica e raciocínio lógico. Habilidade na comunicação e no uso e criação de técnicas operacionais. Capacidade para tomar decisões e empreender ações. Senso ético e visão humanista, compreensão do meio sociopolítico. Visão global e capacidade de liderança voltada para a promoção humana.

Período de integralização do curso

Em conformidade com a Resolução nº 2, de 4 de outubro de 1993, o curso de Administração, habilitação Administração de Empresas, será ministrado no tempo útil de 3500 horas-aula (3200 horas aula na matriz curricular e 300 horas aula de estágio supervisionado), fixando-se para sua integralização o mínimo de quatro e o máximo de sete anos letivos.

Diretrizes gerais

a) Quanto ao ensino

O Curso de Administração de Empresas da Universidade de Sorocaba prioriza o processo de construção permanente do conhecimento, através do desenvolvimento de um conjunto de habilidades e competências que venham a garantir o domínio de conteúdos específicos e estratégicos para a formação estruturada dos alunos egressos da instituição.

As abordagens são adotadas e direcionadas não somente para o conhecimento tácito, mas também para a formação intelectual, estruturada e articulada às necessidades da vida profissional e social do aluno. O ensino não é voltado para o espectador e sim para o construtor e responsável pelo desenvolvimento.

A metodologia do ensino aplicada ao curso, além dos tradicionais recursos didáticos, inclui mecanismos que garantem a flexibilização e interação da vida acadêmica com a realidade concreta da economia local e regional, bem como o acompanhamento contínuo dos avanços tecnológicos e gerenciais do mundo moderno.

Os conteúdos adotados como objeto de trabalho para o desenvolvimento das habilidades e competências envolvem matérias de formação básica, matérias de formação profissional, matérias eletivas, atividades complementares e estágios apropriados.

As Atividades Complementares não seguem uma formatação específica, podendo variar de acordo com o tipo de atividade a ser desenvolvida, incluindo:

- palestras;
- seminários;
- visitas técnicas;
- encontros e congressos;
- reuniões técnicas;
- estudos e pesquisas de campos;
- debates e mesas redondas;

- apresentação de trabalhos desenvolvidos por alunos, entre outros.

b) Quanto à pesquisa

No curso de Administração de Empresas, a pesquisa é adotada regularmente como estratégia de ensino e aprendizagem, valorizando-se mecanismos capazes de desenvolver no aluno a cultura investigativa, metodológica e a postura pró-ativa que lhe permita avançar frente ao desconhecido.

Para consolidar este ideário, o curso desenvolve o conhecimento seqüencial das metodologias e práticas de pesquisa científica, desde o primeiro período, até a finalização do aprendizado, por meio do Trabalho de Conclusão de Curso, em que o aluno elabora uma pesquisa orientada como Monografia.

Os componentes curriculares direcionados ao ensino e práticas de pesquisa são:

- Metodologia do Trabalho Científico.
- Métodos e Técnicas de Pesquisa.
- Trabalho Conclusão de Curso (Monografia).

Destaca-se, também, o envolvimento dos alunos do curso de administração nas pesquisas desenvolvidas, tratando de temas regionais relevantes para a cidade e para a região. Essas pesquisas são coordenadas por professores capacitados que, em conjunto com alunos do curso, levantam as bases de dados, elaboram hipóteses e desenvolvem pesquisas de campo.

Dentre as pesquisas já desenvolvidas incluem-se:

- Perfil do Administrador de Produção de Sorocaba e Região.
- Desenvolvimento econômico e automação.

Essas atividades permitem ao aluno desenvolver-se praticando o que aprende nas disciplinas conceituais de metodologia de pesquisa.

As diretrizes propostas pela Universidade de Sorocaba referentes à pesquisa, afirmam que ela deverá nascer na graduação e se fortalecer com a implementação da pós-graduação.

Nos Cursos de Administração, a pesquisa apresenta duas vertentes: a primeira consiste nas pesquisas sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCAP)⁹, e a segunda engloba a pesquisa sustentada pela integração das Disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Métodos e Técnicas de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso.

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas desde o ano 2000 pelo Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas contam uma linha intitulada “Reestruturação das Empresas Industriais de Sorocaba”. O primeiro trabalho desenvolvido pelo NUCAP contou com a participação de professores da área de Ciências Econômicas, Administração de Empresas e Administração – Comércio Exterior e por alunos dos respectivos Cursos. Os alunos receberam treinamento dos professores responsáveis pelos projetos e participaram dos trabalhos de aplicação dos questionários para as coletas de dados nas empresas, da tabulação de dados e dos seminários de conclusão. O trabalho concluído originou um livro que foi apresentado aos empresários cuja empresa fez parte do universo pesquisado. O referido livro intitulado “Estratégias e Implicações da Reestruturação Industrial em Sorocaba” está na pendência de financiamento para sua publicação.

O primeiro projeto gerou a necessidade de novos estudos dentro da mesma linha de pesquisa. Como consequência, quatro novos projetos foram elaborados e aprovados pelo Colegiado do NUCAP, conforme abaixo:

- Estruturas Organizacionais das Empresas Industriais de Sorocaba entre 1995 e 2002.
- Estudo Conjuntural de Estrutura e Funcionamento na Administração de Recursos Humanos das Empresas Industriais de Sorocaba entre 1995 e 2002.
- Planos de Nacionalização e de Comércio Exterior das Empresas Industriais de Sorocaba.

⁹ Com a nova reestruturação dos órgãos internos da Uniso, a partir de 2003 o NUCAP deixou de existir, mas os trabalhos continuaram sendo alocados de acordo a área de interesse dentro dos próprios cursos de graduação.

- Técnicas de Gestão da Produção adotadas pelas Empresas Indústria de Sorocaba.

Estes trabalhos, em princípio, dentro da nova reestruturação estão no aguardo de novas instruções para sua continuidade.

A segunda forma regulamentada para desenvolvimento da pesquisa nos cursos de Administração se inicia com o embasamento teórico recebido pelos alunos na disciplina Metodologia do Trabalho Científico e segue com a elaboração, na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa (MTP), de um projeto de pesquisa com uma pesquisa de campo empírica, conforme instruções e linhas temáticas aprovadas no Manual de Normalização do Estágio Supervisionado para os Cursos de Administração, correspondente ao Estágio Supervisionado II. O projeto e pesquisa desenvolvidos pelo aluno no Estágio Supervisionado II, na disciplina “MTP”, são então utilizados como material básico para a elaboração da Monografia, correspondente ao Estágio Supervisionado III.

Outro elemento importante da pesquisa na graduação consiste nas apresentações dos resultados das pesquisas, pelos alunos que assim desejarem, nos “Encontros de Pesquisadores e de Iniciação Científica” realizados anualmente na Uniso.

Desta forma, a pesquisa na graduação e o estágio supervisionado desenvolvido ao longo do curso, da maneira como estão acontecendo, atendem ao papel do estágio, que é o de complemento do ensino e integração entre teoria e prática, e cumprem parcialmente a interdisciplinaridade, pois envolvem três disciplinas curriculares, o que caracteriza a construção de um conhecimento significativo.

c) *Quanto à extensão*

Nas diretrizes da Universidade de Sorocaba, a Extensão é uma atividade de mão dupla, provocando a interação entre a Universidade e a Sociedade. É, portanto, o elo da comunidade acadêmica com a sociedade, porque é através dela que a Universidade disponibiliza o ensino e a pesquisa como também a sociedade lhes fornece subsídios.

Deve ocorrer inserida na realidade social, possibilitando a articulação da teoria com a prática, estimulando a postura interdisciplinar, a apreensão crítica da

realidade social e a elaboração de novas metodologias no processo de construção do conhecimento.

Na relação com o ensino, a Extensão contribui para o desenvolvimento de um processo pedagógico inovador, pois deve interferir através da criatividade na escolha de conteúdo das disciplinas já existentes e de novos componentes, provocando questionamentos para o avanço pedagógico dos diversos cursos, tendo em vista a formação do profissional.

A atividade de Extensão se relaciona com a pesquisa, na medida em que busca responder a demandas da realidade local e regional. Assim, a pesquisa deve ser considerada sempre a fonte para que todas as atividades realizadas pela comunidade acadêmica tenham uma base científica. Por sua vez, a Extensão poderá fornecer subsídios para que as pesquisas ocorram.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B.), qualquer Instituição Universitária deve contar com a prática constante não só de ensino e de pesquisa, mas também de extensão. Além dos termos da legislação, a Uniso é uma Instituição Comunitária e seu espírito social deve estar presente na prática diária do corpo docente e discente. Assim sendo, a extensão tem como princípio o inter-relacionamento dos vários setores da comunidade.

As atividades desenvolvidas pelos alunos para cumprimento legal do estágio nas empresas públicas e privadas e as prestações de serviços praticadas pelos membros participantes da Empresa Júnior são os melhores exemplos que podem ser citados como atividades de Extensão. A descrição das políticas, orientação e diretrizes da Extensão da Uniso encontram-se no Anexo C.

d) Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Atividades integradoras de ensino, pesquisa e extensão, no curso de Administração de Empresas, acontecem por meio da execução dos componentes curriculares de formação básica e instrumental, formação profissional e voltados à pesquisa (atualmente denominados Metodologia do Trabalho Científico, Métodos e Técnicas de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso).

As atividades da Empresa Júnior da Uniso também se prestam a aproximar o aluno de atividades de pesquisa e extensão.

e) *Interdisciplinaridade*

A interdisciplinaridade avança na medida em que o curso possibilita ao aluno a construção de conhecimentos significativos mais abrangentes e generalistas e proporcionalmente à redução de conhecimentos mecânicos com conteúdos específicos e especializados. O conhecimento especializado leva o aluno perder a noção de conjunto e do todo.

A unificação e inter-relação de várias disciplinas envolvendo temas abrangentes em diversas áreas do conhecimento com acompanhamento e avaliação coletiva das habilidades e competências do aluno, constituem um indicador da interdisciplinaridade.

A utilização dos sistemas de informação, ou redes de comunicação, como ferramentas para implantação da interdisciplinaridade, tem contribuído para romper com modelos tradicionais de administração, principalmente nas áreas de transformação, de movimentação de materiais e nos setores de serviços em geral.

O curso de Administração de Empresas da Uniso, deu os primeiros passos em busca da interdisciplinaridade com integração das disciplinas MTC, MTP e TCC com o Estágio Supervisionado, que regulamenta cinco áreas para desenvolvimento do projeto, pesquisa empírica e elaboração da Monografia: Administração da Produção e Materiais, Administração Financeira, Administração Mercadológica, Administração de Recursos Humanos e Administração em Comércio Exterior. O Manual de Normalização do Estágio Supervisionado integra ainda os cursos de Administração de Empresas, Negócios e Comércio Exterior com a regulamentação para realização do estágio em nove categorias para cumprir o aspecto legal no âmbito federal e institucional com o trabalho acadêmico de conclusão de curso:

- a) Estágio realizado na empresa.
- b) Estágio realizado na própria empresa em que o estudante trabalha.
- c) Estágio realizado por estudantes em cargo de supervisão.
- d) Estágio cumprido por meio de pesquisa.

- e) Estágio cumprido por meio de estudos de casos.
- f) Estágio Projeto-Empresa.
- g) Estágio para proprietários de empresa.
- h) Estágio na área rural.
- i) Estágio internacional.

Vale ressaltar, somente a título de informação, a reformulação pela qual vem passando o curso, inclusive com a mudança do nome para Administração de Negócios. No entanto, esta mudança não será discutida minuciosamente por não se incluir no foco de atenção deste trabalho.

O curso de Administração de Negócios foi idealizado em 2001, por uma equipe de cinco professores do curso de Administração de Empresas, como forma de se oferecer um curso mais dinâmico e atualizado em relação às crescentes demandas do moderno mundo dos negócios, em franca expansão.

Entre os meses de fevereiro e junho de 2001 a equipe reuniu-se semanalmente para estruturar o curso a partir de informações colhidas de diversas fontes, destacando-se as mais renomadas faculdades e Universidades de Administração em atuação no Brasil, a experiência dos professores, de alunos e ex-alunos de Administração de Empresas e sugestões de profissionais de empresas de Sorocaba e região.

A criação deste novo curso de Administração virá, gradualmente, a substituir o curso de Administração de Empresas, com o intuito de oferecer um curso mais adequado à realidade das empresas e às necessidades dos profissionais de administração.

O curso traz inovações fundamentais na sua dinâmica de funcionamento, tais como a presença de orientação de estágio em todos os semestres, a disciplina Tópicos Emergentes, também em todos os semestres, além da apresentação de disciplinas de caráter profissionalizante mais cedo na matriz curricular.

Pelo fato do curso ter sido criado em concordância com as opiniões de alunos, ex-alunos e profissionais de administração, possui estreita ligação com as necessidades locais e regionais, sendo permeado, ao longo de sua execução, por diversas atividades que compreendem participação ativa da comunidade empresarial

local, seja por intermédio de realização de palestras, por visitas técnicas ou por participação em projetos de pesquisa.

Este capítulo nos permite compreender, dentro de uma realidade vivenciada na prática, e na relação cotidiana: Universidade, alunos, mercado regional e específico, a contextualização do tema deste trabalho, “O Papel da Universidade na Formação Profissional”, bem como a contribuição da Uniso neste cenário, através do curso de administração de empresas na formação pessoal e profissional de cidadãos, a fim de se tornarem competitivos no seu campo de ação. Para que este trabalho atinja seus objetivos, porém, faz-se necessária a pesquisa de campo com os egressos do curso, apresentada no próximo capítulo.

4 – O EGRESSO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO E SUA INTEGRAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Discute-se aqui o resultado da pesquisa de campo desenvolvida junto aos ex-alunos do curso de Administração de Empresas da Uniso, que objetiva compreender e analisar os principais aspectos do processo de integração do egresso no mercado de trabalho.

4.1 Metodologia de Pesquisa

Dado o cunho descritivo desta pesquisa, o referencial teórico para seu desenvolvimento, fundamenta-se no trabalho de autores que abordam este aspecto. “As pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42). Este modelo de pesquisa é o mais solicitado pelas organizações como empresas comerciais, partidos políticos, etc., sendo freqüentemente desenvolvido em forma de levantamento.

O levantamento pode ser realizado de várias maneiras, adequando-se às necessidades e objetivos da pesquisa. A tarefa de selecionar os indicadores, embora simples, é bastante delicada e exige muito cuidado por parte do pesquisador, pois em alguns casos, os indicadores tidos como apropriados não são fáceis de medir, devendo ser substituídos por outros menos confiáveis, no entanto passíveis de medição pelos recursos disponíveis do pesquisador. “Para bem decidir acerca dos indicadores é necessário que o investigador seja dotado de grande intuição e que possua sólidos conhecimentos sobre o tema pesquisado” (GIL, 2002, p.114).

Entre as formas usuais para o levantamento, os instrumentos mais comuns são o questionário, a entrevista e o formulário, “qualquer que seja o instrumento utilizado, convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados” (GIL, 2002, p.115).

Neste trabalho, optou-se por um levantamento amostral, com amostra não probabilística, contando, como instrumento de coleta de dados, com um questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas. O caráter não probabilístico da amostra advém do fato de que os questionários foram enviados por “e-mail” e correio aos egressos e estes, ao invés de algum critério estatístico, determinaram a amostra utilizada ao decidir se responderiam ou não à solicitação da pesquisa.

A característica principal das técnicas de amostragem não probabilística é a de que, não fazendo uso de forma aleatória de seleção, torna-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Dito de outro modo, não podem ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico (LAKATOS,1985, p.47).

A amostra não probabilística não é representativa do universo de interesse, razão pela qual permite apenas a utilização da estatística descritiva mas não da inferência estatística. Por este motivo, a análise dos resultados baseia-se apenas em tabelas e gráficos que descrevem as contagens obtidas, sem lançar mão do ferramental estatístico inferencial.

O universo de pesquisa foi demarcado fazendo um recorte do curso, envolvendo os formandos do período de 1999 a 2001, num total de 618 egressos. O questionário incluía nove perguntas, buscando levantar os seguintes indicadores:

- Se o egresso, no momento da pesquisa, se encontrava desempregado, empregado ou era empreendedor.
- No caso de estar desempregado, qual o período em que se encontrava nessa situação.
- No caso de estar empregado, se manteve o mesmo cargo após a formação ou conquistou outra posição.
- Se a formação profissional obtida no curso da Uniso contribuiu para conquistar a posição atual.
- No caso de ser empreendedor, se o curso contribuiu para decisão de instalar o seu próprio negócio e para a gestão do mesmo.

O questionário buscou também identificar, em uma questão específica, quais as principais dificuldades para o profissional recém-formado no curso de Administração de Empresas se engajar no mercado de trabalho. E ainda, uma última questão focalizando a percepção de egresso, como profissional, quanto à qualidade do curso.

Foram enviados 399 questionários via correio e 219 por meio de “e-mails”, incluindo assim, todo o universo pesquisado. Obteve-se um retorno de 14,2%, com um total de 88 formulários devolvidos, sendo esta a amostra sobre a qual serão feitas as considerações para a conclusão deste trabalho.

4.2 Análise dos Resultados

Partindo de uma análise objetiva da situação, a uma avaliação do cenário de forma geral segue uma discussão pontual sobre os principais aspectos dos resultados apresentados, que serão então comparados com os objetivos da proposta inicial deste trabalho.

O perfil dos respondentes, no que se refere ao sexo e ano da formatura pode ser visualizado nas figuras 1 e 2.

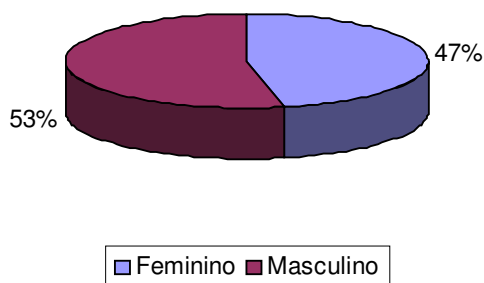


Figura 1 - Sexo dos respondentes

Dos questionários respondidos, 53,4% representam homens e 46,6% mulheres.

Já no que tange o ano de conclusão, 34,1% correspondem a turma de 1999; 35,2% a turma de 2000 e 30,7% a turma de 2001. Pode-se perceber, no conjunto destas variáveis, pelo total das respostas, um certo equilíbrio quanto à participação e envolvimento para a contribuição dos resultados, tanto entre os sexos masculino e feminino, como por ano de formatura.

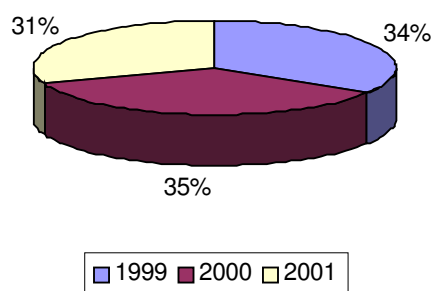


Figura 2 - Ano de conclusão do curso

A questão nº.01 abordou a situação de trabalho em que se encontravam os respondentes no momento da pesquisa, incluindo as categorias desempregados, empregados e empreendedores, encontra-se descrita na figura 3:

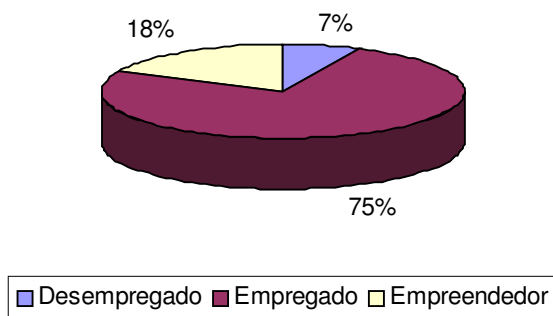


Figura 3 - Situação de trabalho

Apenas 6,8% informaram que estavam desempregados, sendo que 75,0% estão empregados e 18,2% atuam como empreendedores administrando seus próprios negócios, ou seja, 93,2% se encontram ativos no mercado de trabalho.

Dentre os motivos citados como razão do desemprego incluíram-se: redução de custos (2 vezes), falta de vagas, mudança da empresa para outra região, pelo lado da empresa, bem como, cargo inferior à qualificação, e outros motivos pessoais, pelo lado do egresso. Já o tempo de desemprego variou de 1 a 12 meses.

Observado sob a ótica da conjuntura econômica atual e também por alguns indicadores apresentados mais adiante, o total de aproveitamento (93,2%) mostra-se significativo, mesmo porque os 6,8% que indicaram estar desempregados mostram uma diversidade de motivos, cuja análise escaparia ao foco deste trabalho.

4.2.1 Empregados

Outra questão, nº.03 da pesquisa, procurou identificar se os concluintes se mantiveram no mesmo cargo ou obtiveram algum benefício imediato após a formação, bem como se o curso contribuiu para tal benefício, questão nº.04. A figura 4 e a tabela 1 demonstram esses resultados.

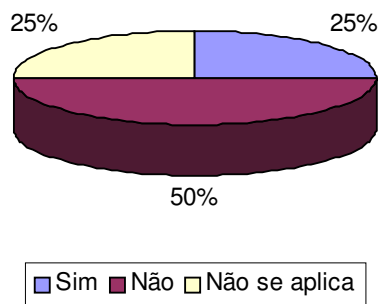


Figura 4 - Manutenção do cargo anterior à graduação

As respostas indicam 50,0% de aproveitamento na conquista de novas posições profissionais, pelos egressos do curso. Ao comparar estes dados com os da tabela 1, pode-se perceber outros aspectos relevantes da pesquisa.

Tabela 1 - Colaboração do curso para conquistar o cargo atual

	Frequência	% total	% dos empregados
Sim	58	65,91	80,56
Não	14	15,91	19,44
Não se aplica	14	18,18	
Não respondido	2		
Total	88		100

Segundo 80,6 % dos empregados, o curso colaborou para a conquista do cargo atual.

Tabela 2 - Motivos para não se ter mantido no cargo após a graduação

	Frequência	% total	% entre os que mudaram de cargo
Promoção	16	18,18	36,36
Efetivação	6	6,82	13,64
Mudança de empresa (para cargo superior)	6	6,82	13,64
Mudança de empresa	4	4,55	9,09
Mudança de cargo	4	4,55	9,09
Obtenção de cargo público	2	2,27	4,55
Obtenção de emprego após a graduação	1	1,14	2,27
Não trabalhava	1	1,14	2,27
Teve nova oportunidade	1	1,14	2,27
Reestruturação de cargos	1	1,14	2,27
Não respondeu	2	2,27	4,55
Total	44		100

As conquistas por promoções, transferências para outras organizações em cargos melhores ou efetivação em cargos, passando da condição de estagiário para funcionário da organização em que trabalham, representam 32,0% dos respondentes se posicionando melhor em sua vida profissional. Outros 16,0% indicaram motivos diversos e 2,0% não responderam. Tem-se então, um total de 48,0% que alcançaram postos mais elevados após concluírem o curso. Os 2%

restantes, embora não apresentem uma justificativa, responderam afirmativamente quanto à promoção para cargo superior.

Dos 25,0% que permaneceram no mesmo cargo após a conclusão, conforme indica a Figura 4, identificam-se nas justificativas as seguintes situações, 10,1% atribuíram sua permanência no cargo à formação profissional como garantia, os outros 14,9% alegaram motivos variados, não relevantes para maior atenção individualizada.

Observa-se então que a somatória dos 50,0% que conquistaram novas posições com os 10,1% que garantiram suas posições com a conclusão do curso, resulta em 60,1% da amostra pesquisada que foram bem sucedidos após o curso, ou seja, a conclusão do curso superior contribuiu significativamente para sua carreira profissional.

Comparando os dados da Tabela 1 com os da Tabela 3, que demonstram a contribuição do curso para a conquista do cargo atual, percebe-se que 65,9% dos respondentes confirmaram que o curso contribuiu de forma positiva para tal conquista. Das várias justificativas apresentadas na Tabela 3, os fatores que se destacam são: conhecimentos adquiridos com 22,7%, exigência de diploma no cargo com 11,4% e contribuição do diploma 9,0%.

Tabela 3 - Motivo pelo qual o curso contribuiu para a conquista do cargo

	Freqüência	% total	% empregados
Conhecimento adquirido	20	22,73	34,48
Exigência de diploma no cargo	10	11,36	17,24
Diploma contribuiu	8	9,09	13,79
Maior segurança	3	3,41	5,17
Promoção	3	3,41	5,17
Efetivação	3	3,41	5,17
Ajudou na entrevista	1	1,14	1,72
Contribuição parcial	1	1,14	1,72
Diploma contribui só para manutenção do emprego	1	1,14	1,72
Oportunidade surgida na Universidade	1	1,14	1,72
Língua estrangeira	1	1,14	1,72
Não respondeu	6	6,82	10,34
Total	58		100

Nesta questão, um total de 15,9% dos respondentes apresentaram diversos outros motivos, como elementos facilitadores em que o curso contribuiu de forma positiva para a ocupação do cargo atual.

Com esses resultados, torna-se perceptível que os egressos, de maneira geral, consideraram positiva a contribuição do curso para o desenvolvimento de suas carreiras profissionais.

4.2.2 Empreendedores

Nesta categoria, a pesquisa procurou identificar, entre os egressos, aqueles que se enquadravam na atividade empreendedora, direcionando as questões nº.05, 06 e 07, para tratarem especificamente desse aspecto. Dos respondentes, 18,2% se apresentaram como empreendedores, conforme a Figura 3.

Tabela 4 - Atuação como empreendedor antes do curso

	Freqüência	% total	% dos empreendedores
Sim	12	13,64	75,00
Não	4	4,55	25,00
Não se aplica	72	81,82	
Total	88		100

Do total de empreendedores, 75% já apresentavam essa atuação antes da graduação e 25% decidiram pelo empreendedorismo após a conclusão do curso. Ainda dentro deste contexto, as Tabelas 5 e 6 demonstram a opinião desses empreendedores com relação ao curso.

Tabela 5 - Colaboração do curso para a gestão dos negócios

	Freqüência	% total	% dos empreendedores
Sim	15	17,05	93,75
Não	1	1,14	6,25
Não se aplica	72	81,82	
Total	88		100

O curso contribuiu para melhoria na gestão dos negócios, segundo 17,0% dos pesquisados, o que representa 93,7% dos empreendedores afirmando que o curso contribuiu de forma positiva para a administração de seus negócios.

Tabela 6 - Forma de contribuição do curso para a gestão dos negócios

	Frequência	% total	% dos empreendedores
Aplicação de conhecimentos adquiridos	4	4,55	26,67
Ampliou o conhecimento	2	2,27	13,33
Visão do negócio	2	2,27	13,33
Melhorou a tomada de decisão	1	1,14	6,67
Melhorias implantadas na empresa do pai	1	1,14	6,67
Maior confiança para gestão	1	1,14	6,67
Melhoria no gerenciamento	1	1,14	6,67
Contribuição limitada	1	1,14	6,67
Proporcionou visão prática	1	1,14	6,67
Melhorou a tomada de decisão	1	1,14	6,67
Total	15		100

As referências à forma pela qual o curso contribuiu com a gestão do negócio apresentaram-se de forma dispersa, com destaque para a aplicação dos conhecimentos adquiridos, citada por 26,7% dos empreendedores.

4.2.3 Dificuldades enfrentadas e avaliação do curso

Esta pesquisa pretendia ainda, identificar quais as principais dificuldades para o recém-formado se engajar no mercado de trabalho exercendo plenamente a função de Administrador. Nesta questão, nº.08, o respondente poderia indicar até dez fatores que contribuem para tais dificuldades, como descrito na tabela 7.

Tabela 7 - Dificuldades para um recém-formado na Uniso engajar-se no mercado de trabalho

	Freqüência	% respostas	% questionários
Falta de experiência	50	20,08	56,82
Falta de vagas no mercado	33	13,25	37,50
Concorrência	19	7,63	21,59
Falta de domínio de língua estrangeira	14	5,62	15,91
Imagem externa negativa da Uniso	12	4,82	13,64
Crise econômica	9	3,61	10,23
Foco inadequado do curso	7	2,81	7,95
Baixo salário	6	2,41	6,82
Limitação dos conhecimentos adquiridos	6	2,41	6,82
Outros	94	37,75	
Total	249	100	

Por ordem de relevância, 56,8% indicaram falta de experiência e 37,5% dos respondentes citaram a falta de vagas no mercado e, ainda, 21,5% a concorrência entre os profissionais. Estes números indicam a força da competitividade no mercado de trabalho que, de certa forma, impõe obstáculos maiores. Outro fator significativo para ampliar o grau de dificuldade concerne ao domínio de língua estrangeira, lembrado por 15,9% dos respondentes. Analisados sob a ótica da contribuição da Universidade nessa formação, dois indicadores servem como sinal de alerta à uma avaliação mais criteriosa do curso: 13,6% indicaram a imagem externa negativa da Uniso e 7,9% consideraram o curso com foco inadequado.

A última questão, nº.09, pretendia obter uma avaliação do curso, quanto à sua qualidade, sob a ótica do novo profissional. A fim de poder interpretar de forma mais adequada o resultado da questão, as respostas foram categorizadas em aspectos positivos e negativos conforme mostram as tabelas 8 e 9.

Tabela 8 - Pontos positivos do curso de Administração de Empresas

	Freqüência	% respostas	% questionários
Curso bom	31	33,70	35,23
Curso muito bom	11	11,96	12,50
Qualidade dos professores	9	9,78	10,23
Curso mediano	6	6,52	6,82
Curso ótimo	5	5,43	5,68
Curso excelente	2	2,17	2,27
Outros	28	30,43	31,82
Total	92	100	

Mais de 55% dos estudantes classificaram explicitamente o curso como bom, muito bom, ótimo ou excelente.

Tabela 9 - Pontos negativos do curso de Administração de Empresas

	Freqüência	% respostas	% questionários
Pouca prática	18	23,68	20,45
Qualidade dos professores	12	15,79	13,64
Foco do curso	6	7,89	6,82
Falta empreendedorismo	5	6,58	5,68
Falta língua estrangeira	4	5,26	4,55
Laboratório	4	5,26	4,55
Disciplinas	4	5,26	4,55
Falta atualização	2	2,63	2,27
Falta visita técnica	2	2,63	2,27
Outros	19	25,00	21,59
Total	76	100	

Nos aspectos negativos, em uma gama bastante variada, os fatores que mais se destacaram foram pouco prática (20,5%) e qualificação dos professores (13,6%).

Cabe ressaltar aqui que, comparando os quadros 8 e 9 no quesito qualidade dos professores, 10,2% indicaram boa qualidade e 13,6% indicaram má qualidade, percebendo-se certo equilíbrio nesse fator embora com tendência negativa.

De maneira geral, conclui-se que o curso apresenta resultados bastante significativos dentro do universo pesquisado e, ainda que tenha muitos aspectos a serem melhorados conforme sugerem os indicadores, as pretensões do curso

enquanto formador do Administrador Profissional, para atuar com conhecimento no mercado de trabalho vem, em termos gerais, sendo alcançadas.

Entre as três situações de atuação profissional dos egressos que foram focalizadas – desempregado, empregado e empreendedor - dos 88 ex-alunos que responderam à pesquisa, apenas seis se encontravam em condição de desemprego, sendo que 66 estavam empregados e 16 atuando como empreendedores. Em uma leitura geral destes dados observa-se que, do total da amostra, 93,2% se encontram ativos no mercado de trabalho incluindo-se aí os empregados e empreendedores, demonstrando inclusive uma certa satisfação com a contribuição do curso para sua carreira profissional, sendo que apenas 6,8% afirmaram que o curso não contribuiu para a vida profissional. Destaca-se ainda que, na categoria empreendedores, representados por 18,2% dos respondentes, 93,7% confirmaram a contribuição do curso para o aprimoramento de seus negócios.

Tais resultados sugerem que, apesar da discussão quanto à formação acadêmica não ser compatível com as exigências do mercado de trabalho, as possibilidades para os formandos em nível de terceiro grau são melhores do que as apresentadas pela perspectiva sombria da dicotomia academia e mercado.

Este trabalho não tem a pretensão de generalizar tais resultados dentro do universo acadêmico, mas em princípio, usá-los como referencial para consolidar o papel da Universidade na formação profissional. Ainda que as divergências sejam significativas, o papel da Universidade mostra-se fundamental para sedimentar a formação de profissionais habilitados, capacitados e com um aguçado espírito crítico para direcionar seus esforços no cumprimento dos objetivos profissionais.

Buscou-se, neste capítulo, compreender - na realidade vivenciada na prática pela relação cotidiana entre alunos, Universidade e *mercado regional de trabalho* - a contextualização do tema O Papel da Universidade na Formação Profissional, bem como a contribuição da Uniso neste cenário, através do curso de Administração de Empresas na formação profissional de cidadãos a fim de se tornarem competitivos em seu campo de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se aqui, considerando as premissas iniciais, constatar a validação das hipóteses e sinalizar possíveis contribuições para o meio acadêmico, especificamente no curso de Administração de Empresas, que pudessem colaborar para adequá-lo, tornando-o mais próximo da realidade do campo de trabalho.

Sabe-se que este trabalho não é conclusivo, nem se completa aqui, pois “por mais abrangente que seja o estudo, jamais atingirá a sua plenitude, esgotando todas as variáveis e alternativas que os assuntos possam conter” (ORTOLAN, 1999, p.160).

Nestas considerações finais, procura-se sintetizar o espírito que norteou esta empreitada, buscando principalmente abrir espaço para que a discussão continue através de outros, que, imbuídos de novos ideais e determinados a acrescentar, possam contribuir com elementos que enriqueçam o seu conteúdo, tornando-o mais completo como subsídio para uma reflexão no mundo acadêmico.

Procurou-se responder à questão de pesquisa, analisando-a sob a ótica do universo capitalista e as diversas formas como esse sistema conduz o indivíduo na sociedade moderna a se empenhar exaustivamente na conquista de seu espaço no campo profissional, tornando-se competitivo em seu campo de ação. A fim de melhor compreender este universo capitalista, dedicou-se no capítulo 01 o estudo e compreensão deste modo de produção, bem como as diversas transformações e influência no âmbito da sociedade em todos os setores, como economia, saúde, previdência social e a própria educação que é o foco deste trabalho.

A intenção foi contextualizar que todo e qualquer estudo à ser desenvolvido, defronta-se com tal situação onde o capitalismo é o "pano de fundo que decora o cenário", e portanto interfere diretamente com a realidade, sendo necessária sua compreensão para podermos lidar com tal situação. O capitalismo globalizado, permeado pela ideologia neoliberal incrementa a injusta distribuição de bens materiais, culturais e da educação, justificando-se pelas "diferenças" individuais de capacidade e mérito.

Esta condição imposta pelo modo de produção gera a busca incessante pela competitividade, qualidade e eficiência, determinando cada vez mais o

aprimoramento, a busca de conhecimento, a atualização permanente. Não se tem a intenção aqui de fazer uma crítica, nem tão pouco uma apologia ao sistema que impõe velocidade à sociedade e às organizações e, particularmente, às pessoas que poderão ser “vencedoras” aliando-se ao sistema ou, fazendo-lhe oposição e colhendo o fruto dessa posição.

Neste cenário, a Instituição de Ensino Superior, mais especificamente a Universidade, tem uma árdua missão, sem perder a sua identidade e a sua razão de ser, ela precisa formar os cidadãos preparando-os, entre outros fatores, como bons profissionais em seus diversos campos de ação. Sua missão sustenta-se no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, caracterizados por um volume de conhecimentos e experimentos com bases científicas, colocados à disposição da sociedade. Dentro destes princípios, pode-se afirmar que o papel da Universidade na formação profissional tem sido plenamente alcançado?

Esta questão deve ser considerada, antes, pela forma como se deu a construção da Universidade, dificultada por inúmeros fatores e tendências - tal como abordado no decorrer deste trabalho - gerando atraso na sua consolidação, que talvez ainda não tenha se concluído. Mais além, tal consolidação, possivelmente, na sua essência, não seja o objetivo a estabelecer, pois o papel da Universidade também é o de acompanhar a evolução e o desenvolvimento da sociedade, adequando-se para se tornar um dos pilares de sustentação através do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com seus conhecimentos e descobertas para uma sociedade melhor, além da formação profissional, que foi o foco deste trabalho.

Este tema se apresenta rico em nuances e apaixonante para o pesquisador que queira encampar tal empreitada. No entanto, devido à sua amplitude, há a necessidade de delimitação do campo de ação para que o trabalho tenha começo, meio e fim, embora esse fim nunca seja definitivo, mas o início de uma nova etapa. Assim, este trabalho focalizou um curso dentro da Universidade de Sorocaba que, pela sua característica e abrangência, fosse representativo para este estudo.

Buscou-se desenvolver o tema com base no curso de Administração de Empresas da Uniso pela sua significativa abrangência na cidade de Sorocaba e região, atendendo alunos inclusive da capital. Essa característica motivou o seu estudo, não com o intuito de generalização, mas de representatividade na discussão das relações entre educação e trabalho.

Com base nesse pressuposto, desenvolveu-se a pesquisa buscando identificar, junto aos egressos, os indicadores para confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas na introdução deste trabalho. Pelo resultado obtido, apresentado no capítulo quatro, conclui-se que, ainda que as falhas existentes determinem a necessidade de aprimoramento, o resultado final é bastante satisfatório, confirmando as hipóteses, a partir da evidência que os respondentes, representando 14,2% do universo pesquisado, reconheceram a qualidade do curso e a validade de sua formação, na atuação como empregados ou empreendedores. Também apontaram as deficiências e limitações do curso, reconhecendo agora, como profissionais, que este é passível de correção, desde que os responsáveis pela sua gestão estejam conscientes da necessidade desse aprimoramento.

A partir da perspectiva pessoal do autor deste trabalho, percebe-se, pelo envolvimento direto com o curso, que a busca deste aprimoramento já vem ocorrendo pelos seus gestores. Mais além, uma projeção futura desta mesma pesquisa, com um recorte de período mais recente, provavelmente indicaria um resultado significativamente melhor, embora a conclusão desta pesquisa já tenha confirmado, no âmbito da amostra considerada, que o papel da Universidade no que se refere à formação profissional tem conseguido atingir seu objetivo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Pierry **Balanço do neoliberalismo: coletânea – Pós Neoliberalismo** As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ANGRAD. Informativo ANGRAD (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração), ano 1, out./nov./dez. 1992.
- ARROYO, Miguel G. **Trabalho, formação e currículo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República, das origens a 1889**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Brasília: INEP. **Sinopse estatística do ensino superior: Graduação, 2000**. Disponível em <www.inep.gov.br>. Acesso em ago. 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Reforma universitária**. Brasília, 1982.
- BRUNO, Lúcia (org). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.
- CALADO, Adérico. Texto utilizado na conferência proferida em 12/08/85, quando da realização do II Curso de Grandes Vultos da Igreja Católica na História do Brasil.
- CARVALHO, José da Silva Seráfico de Assis. Gestaçõ e nascimento do ensino de administração no Brasil. **Conselho Federal e Regional de Administração**, ano 6, n. 18, set. 1985.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAGAS, Valnir. A Luta pela universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, jul./set. 1967.

CHIAVENATO, Idalberto **Administração, teoria, processo e prática**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CFTA - Conselho Federal de Técnicos de Administração. Brasília - Distrito Federal: **Administrando**, ano 4, n.11, p. 3-5, jun. 1983.

COVRE, M. L. **Formação e ideologia do administrador de empresas**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**, o ensino superior da Colônia a era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DOBB, Maurice. **Capitalismo, ontem e hoje**. 4.ed. Lisboa: Estampa, 1977.

DRUCKER, Peter. **Uma era de descontinuidade**: orientações para uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **O líder do futuro**. São Paulo: Futura, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

GALBRAITH, John Keneth. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira, 1979.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. (org.) **Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

GIBSON, James L.; IVANCEVICH, John M.; DONNELLY Jr., James H. **Organizations**. Dallas: Business Publications, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas**: a nova inserção do Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- GROSSI, Esther P. **O que se desfaz na Educação**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p.2, 1 mar. 1996.
- IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1985.
- KAST, Fremont E.; ROZENZWEIG, James E. **Organização e administração: um enfoque sistêmico**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- MACPHERSON, C. B. **A Democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MALAGUTI, Manoel; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs.) **Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MARTINS, Carlos Benedito Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil – 1952/1983. **Revista SBC Ciência e Cultura**, v. 41 n.7, jul. 1989.
- NEVES, José Carlos de Araújo. **Fundação Dom Aguirre: 35 anos de história**. Sorocaba: FDA, 1998.
- ORTOLAN, Orlando **O Estágio supervisionado dos alunos do curso de Administração de Empresas da Uniso: limites e possibilidades**. Sorocaba, SP, 1999. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. São Paulo: Atlas, 1988.
- SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES/USP, (documento de trabalho 08/91.)
- SCHUCH Jr, Vitor. **Educação e universidade**. Rio Grande do Sul: UFMS, 1998.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **A pesquisa na universidade: construindo o conhecimento em busca da cidadania**. Sorocaba: Uniso, 2000.
- SILVA Jr., João dos Reis. **PUC viva Revista**, n. 4, p. 29-33, mar.1999.
- SILVA, Gustavo de Sá. Administração de empresas e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, set. 1991.

SINGER, Paul **O capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** São Paulo: Moderna, 2001.

SOUZA, Padre José Coelho. **Padre Roberto Sabóia de Medeiros, S.J.** Apóstolo da Ação Social, no 25º aniversário do seu falecimento. São Paulo: Loyola, 1980.

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNISO

Período	Carga horária
Primeiro	
Geografia Econômica	4
Informática	4
Introdução à Matemática	4
Sociologia	4
Introdução à Teoria Geral da Administração	4
	20
Segundo	
Fundamentos de Contabilidade	4
Economia (Teoria)	4
Estatística	4
História Econômica	2
Matemática	2
Metodologia do Trabalho Científico	4
	20
Terceiro	
Introdução à Contabilidade de Custos	2
Direito Comercial	4
Economia Brasileira	4
Estatística Aplicada	4
Organização, Sistemas e Métodos	2
Teoria Geral da Administração I	4
	20
Quarto	
Contabilidade de Custos	4
Introdução ao Pensamento Teológico	4
Matemática Financeira	4
Métodos e Técnicas de Pesquisa	4
Teoria Geral da Administração II	4
	20
Quinto	
Administração Mercadológica I	4
Análise de Investimentos	4
Comércio Exterior	2
Direito do Trabalho	4
Introdução à Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	2
Técnicas Avançadas de Administração	4
	20

Sexto	Carga horária
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4
Administração Mercadológica II	4
Administração de Sistemas de Informação	4
Análise de Balanços	4
Pesquisa Operacional	4
	20
 Sétimo	
Administração Financeira e Orçamentária	4
Administração Mercadológica Aplicada I	4
Administração de Produção I	4
Introdução à Administração Recursos Humanos	4
Psicologia	4
	20
 Oitavo	
Administração Mercadológica Aplicada II	2
Administração de Produção II	4
Administração de Recursos Humanos	2
Direito Tributário	4
Filosofia (Ética)	4
Trabalho de Conclusão de Curso	4
	20

Fonte: Coordenadoria do curso de Administração de Empresas da Uniso

ANEXO B – PESQUISAS DESENVOLVIDAS NA UNISO

"O desenvolvimento do estágio supervisionado no curso de administração de empresas" – Autor: Prof. Orlando Ortolan (1996).

"O gerenciamento da qualidade nas empresas industriais de Sorocaba e região" – Autor: Prof. Ms. Rogério Augusto Profeta (1996).

"O estágio de desenvolvimento da administração da produção nas empresas industriais de Sorocaba e região" – Autor: Prof. Ms. Rogério Augusto Profeta (1997).

"Terceirização: uma análise da sua aplicação, resultados e implicações no âmbito industrial de Sorocaba e região" – Autor: Prof. Ms. Rogério Augusto Profeta (1998).

"Estratégias e implicações da reestruturação industrial das empresas de Sorocaba" – Autores: Prof. Dr. Francisco Uchôa; Prof. Dr. Manoel Antonio M. Payés (Coord.); Prof. Ms. Orlando Ortolan; Prof. Osmil Sampaio Leite; Prof. Ms. Rogério Augusto Profeta (2001/2002).

ANEXO C – POLÍTICAS, ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DE SOROCABA

É política da Extensão:

- Inserir a Uniso na sociedade buscando mudanças e transformações, tendo como fim a prática da cidadania.
- Interagir com a pesquisa e ensino, devendo expressar a importância destas.
- Estar comprometida com a comunidade, relacionando o acadêmico com o científico.
- Atuar na redução das desigualdades sociais.
- Atuar educativamente, tornando concreta a missão da Universidade de Sorocaba.
- Combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso com o social.

A Extensão compreende as seguintes orientações:

- Atendimento à comunidade diretamente ou pelas instituições públicas ou particulares.
- Participação em iniciativas de natureza cultural, artística ou científica.
- Estudos em torno de aspectos da realidade local ou regional.
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico.
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho.
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à reflexão filosófica.

São diretrizes da Extensão:

- Disseminar conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da comunidade interna e externa.
- Interagir o saber acadêmico com as necessidades sociais.

- Acompanhar o egresso na inserção no mercado a fim de conhecer a pertinência do conhecimento acadêmico adquirido.
- Contribuir para o desenvolvimento social de Sorocaba e região.
- Intensificar o intercâmbio entre as Universidades Comunitárias do país, objetivando seu inter-relacionamento.

ANEXO D – QUESTIONÁRIO

Questionário/Pesquisa

Nome: _____ Ano/conclusão _____

01- Você se encontra atualmente, como:

Desempregado Empregado Empreendedor (negócio próprio)

02- No caso de estar desempregado, registre quanto tempo:

ano meses

Cite o

motivo: _____

03- No caso de estar empregado, manteve-se no mesmo cargo que ocupava anteriormente à sua formação ?

sim não

Por quê

04- A formação profissional obtida na Uniso, contribuiu para conquistar a posição/cargo atual ?

Sim Não

Explique: _____

05- Antes de fazer o curso você já atuava como empreendedor ?

Sim Não

06- O curso contribuiu para a melhoria na gestão dos seus negócios ?

Sim Não

Explique _____

07- O curso contribuiu para sua decisão em instalar seu próprio negócio ?

Sim

Não

Explique: _____

08- Cite no máximo até 10, quais são as principais dificuldades para um profissional recém-formado em Administração de empresas da Uniso, se engajar no mercado de trabalho:

a) _____	f) _____
b) _____	g) _____
c) _____	h) _____
d) _____	i) _____
e) _____	j) _____

09- Como profissional, analise o curso de Administração de Empresas da Uniso, quanto a sua qualidade:

